

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

Thaynan Ferreira Schroeder

**A DESINFORMAÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO NO
DOMINGO ESPETACULAR**

Porto Alegre

2022

Thaynan Ferreira Schroeder

**A DESINFORMAÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO NO
DOMINGO ESPETACULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia
e Comunicação da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Sean Hagen

Porto Alegre

2022

AGRADECIMENTOS

No encerramento do ciclo da faculdade, sou grato aos meus pais pelo amor incondicional e pela liberdade que sempre tive para ser a melhor versão de mim mesmo. Obrigado por sempre me apoiarem, mesmo eu estando longe na maior parte desses anos de graduação.

Aos meus amigos, obrigado por cada risada, conversa e abraço que dividimos nesses últimos meses. Eles foram fundamentais para que eu mantivesse o foco e a certeza de que a vida é mais do que a universidade.

Ao meu companheiro, obrigado pelo apoio e companhia. Cada episódio de RuPaul que assistimos antes de eu voltar a escrever o TCC me deu mais força para continuar. Agradeço principalmente por dividir a vida comigo e ser tão doidinho quanto eu.

Aos professores da UFRGS, obrigado por todas as discussões e ensinamentos sobre jornalismo. Quando me matriculei não tinha certeza se havia feito a escolha certa, mas as experiências trocadas me fizeram perceber que a Comunicação é uma área linda e fundamental na sociedade. Um agradecimento especial ao meu orientador, professor Sean, pelas aulas de telejornalismo e orientação deste trabalho. Ele só existe por conta do teu incentivo, paciência e crítica sempre construtiva.

Um obrigado distinto à UFRGS TV, local de tanto aprendizado e amadurecimento nesses anos de graduação. Se hoje sou o profissional que sou é graças ao ambiente acolhedor, desafiador e encorajador que a TV Universitária representa. Também sou grato a todos os colegas que compartilharam seu tempo comigo ali, principalmente àqueles com os quais joguei muita conversa fora entre tantas gravações e edições.

Por fim, agradeço às políticas públicas que garantiram que eu sempre tivesse acesso a uma educação gratuita e de qualidade, fortalecendo meu senso crítico e vontade de mudar o mundo. Que mais pessoas possam desfrutar do ensino público e que a sociedade seja cada vez mais justa e democrática.

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de compreender como a reportagem “Na Escócia, crianças podem escolher com qual sexo se identificam”, do Domingo Espetacular, da TV Record, propaga desinformação sobre questões de gênero. É debatida a importância da televisão para a democratização das informações na sociedade, considerando a capacidade dessa mídia de influenciar o público através da credibilidade do discurso jornalístico. Além disso, o telejornalismo é destacado como um local de referência sobre os assuntos do cotidiano. Também são discutidas as questões de gênero e a politização dessa temática, contextualizando o termo “ideologia de gênero”, utilizado de forma pejorativa para deslegitimar e manipular o discurso sobre esse tema. Como metodologia, a Análise de Discurso utilizada identificou 71 incidências de sentido, das quais surgiram cinco Formações Discursivas (FDs): 1) assunto tabu; 2) teoria anticiência; 3) escola abusiva; 4) criança indefesa; 5) nós contra eles. Os resultados mostram que a desinformação é transmitida através da descontextualização, ocultamento e distorção das informações sobre gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Telejornalismo; Questões de gênero; Desinformação; Sentidos; Domingo Espetacular.

ABSTRACT

This research aims to understand how the report “In Scotland, children can choose which sex they identify with”, by Domingo Espetacular, on TV Record, spreads misinformation about gender issues. The importance of television for the democratization of information in society is discussed, considering the ability of this media to influence the public through the credibility of journalistic discourse. In addition, telejournalism is highlighted as a place of reference on everyday matters. Gender issues and the politicization of this theme are also discussed, contextualizing the term “gender ideology”, used in a pejorative way to delegitimize and manipulate the discourse on this topic. As a methodology, the Discourse Analysis identified 71 incidences of meaning and five Discursive Formations (DFs): 1) taboo subject; 2) anti-science theory; 3) abusive school; 4) helpless child; 5) us against them. The results show that misinformation is transmitted through the decontextualization, concealment and distortion of information about gender and sexuality.

Keywords: Telejournalism; Gender issues; Misinformation; Senses; Domingo Espetacular.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Formações Discursivas e Incidência de Sequências Discursivas..... | 39 |
|--|----|

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2. TELEVISÃO, GRANDE REPORTAGEM E VERDADE..... | 12 |
| 2.1 A TELEVISÃO COMO LUGAR DE APREENSÃO DO MUNDO | 12 |
| 2.2 GRANDE REPORTAGEM..... | 16 |
| 2.3 VERDADE NO JORNALISMO..... | 18 |
| 3. QUESTÕES DE GÊNERO | 25 |
| 3.1 CONCEITUANDO GÊNERO | 26 |
| 3.2 IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA QUESTÃO POLÍTICA | 30 |
| 4. A DESINFORMAÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO NO DOMINGO ESPETACULAR..... | 35 |
| 4.1 ANÁLISE DO DISCURSO..... | 35 |
| 4.2 CORPUS DA PESQUISA | 37 |
| 4.3 DESINFORMAÇÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE..... | 40 |
| 4.3.1 Assunto tabu | 41 |
| 4.3.2 Teoria anticiência | 45 |
| 4.3.3 Escola abusiva..... | 49 |
| 4.3.4 Criança indefesa | 52 |
| 4.3.5 Nós contra eles | 56 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 59 |
| REFERÊNCIAS..... | 62 |

1. INTRODUÇÃO

A transexualidade só deixou de ser considerada um transtorno mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS) oficialmente em 2019 (CFP, 2019). Antes disso, por 28 anos, essa condição de incongruência de gênero foi definida como um problema psicológico pela maior agência governamental de saúde e isso significa que, nas últimas três décadas, discursos contra pessoas trans podiam ser justificados em nome da ciência, já que a OMS entendia a condição como um distúrbio mental.

Apesar da despatologização das identidades trans só ter ocorrido recentemente, as discussões que possibilitaram tal conquista já acontecem há algum tempo. Na televisão, por exemplo, está sendo mais comum haver produções que retratam a diversidade de gênero e sexualidade com mais frequência. Um exemplo disso é a telenovela *A Força do Querer* (Rede Globo, 2017), que teve como um de seus protagonistas o personagem Ivan em sua descoberta enquanto homem trans e processo de transição de gênero (DIA DA VISIBILIDADE, 2022). Já no telejornalismo, reportagens que abordam gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva mais inclusiva e não estigmatizada também estão se tornando o padrão, conforme o tema é discutido com mais aceitação.

Entretanto, algumas pessoas continuam acreditando que o avanço das discussões sobre questões de gênero é um tabu para a sociedade e deve ser combatido. No Brasil, grupos conservadores incentivam a criação de Projetos de Lei contra direitos da população LGBTQIA+ (NOMURA; MALVEZZI, 2022), defendem terapias de reversão da orientação sexual, a “cura gay” (SOUZA, 2020), e protestam enfaticamente contra pensadores que teorizam e defendem as pautas de diversidade (GARCIA, 2017). Esse preconceito e discriminação geralmente é estimulado por grupos pautados por valores religiosos e costumes tradicionais, principalmente a crença de que a família heteronormativa é sagrada e qualquer desvio dessa normatividade deve ser extirpada.

Nesse contexto, grupos midiáticos pertencentes a igrejas podem transmitir esses ideais, velados ou não, em seus discursos televisivos, como acontece com a TV Record, pertencente ao bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de

Deus. Apesar de ser uma concessão pública e pela lei ter que exibir conteúdos que contemplam toda a sociedade, o canal usa parte da grade de programação para transmitir conteúdos religiosos (PROGRAMAÇÃO, 2022), o que pode ser entendido como uma ratificação do que é considerado permitido e incentivado na emissora.

Entendendo a importância de tratar as questões de gênero como um assunto sério e que afeta a vida de pessoas que já sofrem discriminação no cotidiano, esta pesquisa aborda o discurso de uma reportagem exibida pela TV Record no dia 22 de agosto de 2021. Intitulada “Na Escócia, crianças podem escolher com qual sexo se identificam”, a matéria constrói uma narrativa distorcida sobre o tema. A reportagem foi veiculada no Domingo Espetacular, programa semanal no formato de revista eletrônica exibido desde 2004. A atração apresenta reportagens especiais, entrevistas, matérias investigativas e pautas sobre os mais diferentes assuntos, com o objetivo de informar e entreter o telespectador (SAIBA MAIS, 2022).

A justificativa para a produção da pesquisa abrange, no contexto social, a importância de que temas relacionados às questões de gênero sejam debatidos e pesquisados para o avanço da sociedade. Além da transexualidade, a homossexualidade também fazia parte da lista de doenças mentais reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde até 1990 (MAIA, 2021), e por isso ainda é muito recente que essas temáticas sejam tratadas com naturalidade pela população, sem o estigma de problema de saúde. Além disso, a televisão representa uma importante parte do consumo midiático brasileiro (URUPÁ, 2022), e por isso é de extrema relevância que temas sensíveis ao debate público como a diversidade de gênero e o respeito às diferenças sejam debatidos em espaços de grande visibilidade e com mediação qualificada, como os telejornais.

Academicamente, a pesquisa se justifica por trazer uma abordagem que abrange questões de gênero e desinformação. A partir de análise feita em oito repositórios de produções científicas, foram identificados doze trabalhos que estão relacionados com o presente estudo¹. Dentre eles, seis têm como tema central as

¹ Foram inspecionados os acervos da UFRGS, da PUCRS, da UFSM, da Unisinos, os Anais da INTERCOM e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, o Banco de Teses e Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. As palavras-chave utilizadas para orientar a busca foram: discurso, gênero, telejornalismo, desinformação, Domingo Espetacular e Record TV. A busca nos bancos de dados teve um recorte temporal de seis anos, abrangendo pesquisas entre 2015 e 2021.

questões de gênero atreladas à análise do discurso, sendo que um também aborda a desinformação. Outros dois procuram trabalhar as questões de gênero no telejornalismo. Ainda há dois estudos que tratam da análise do discurso no telejornalismo. Não foi identificado nenhum trabalho que se propunha a analisar a produção de desinformação através do discurso telejornalístico sobre questões de gênero.

Pensando a partir de uma esfera pessoal, é válido destacar a relevância que pautas de gênero e sexualidade têm na minha trajetória. Perceber-me como um homem bissexual durante o período da faculdade fez com que os debates e estudos que envolvem a comunidade LGBTQIA+ ganhassem uma nova camada de sentido e importância, pois afetam diretamente a minha existência. Além disso, durante a pandemia de Covid-19, enquanto as aulas na universidade estavam suspensas, participei de atividades extras da cadeira de Seminário de Comunicação, Gênero e Sexualidade, uma disciplina eletiva para os cursos de comunicação da UFRGS. As discussões sobre o tema e as análises de peças comunicacionais pelo viés da perspectiva de gênero me fizeram, mesmo que à distância, despertar uma nova curiosidade e desejo de falar mais sobre o assunto.

A premissa inicial para se desenvolver o problema de pesquisa era entender como o discurso empregado na reportagem poderia construir determinados sentidos contrários à diversidade de gênero. Com a percepção de que a reportagem pode desinformar o público sobre temas relacionados às questões de gênero, perpetuando preconceitos e estereótipos, a pesquisa se voltou para essa direção. O objetivo geral da pesquisa é **entender como a reportagem ‘Na Escócia, crianças podem escolher com qual sexo se identificam’, do Domingo Espetacular, da TV Record, gera desinformação sobre questões de gênero**. Os objetivos específicos delimitados são:

- a) mapear os sentidos discursivos sobre gênero na reportagem;
- b) classificar o conteúdo mapeado em categorias de análise;
- c) analisar como os sentidos atribuídos ao discurso da narrativa produzem desinformação sobre identidade de gênero e orientação sexual;

O segundo capítulo, que segue a introdução, inicia com a contextualização da importância da televisão para a democratização das informações na sociedade. É

possível entender essa mídia, da qual a reportagem analisada faz parte, como fundamental na educação da audiência sobre assuntos que não são de sua convivência diária (BRANDÃO, 2019; OROZCO; MILLER, 2018). Também debate a capacidade da grande reportagem de aprofundar a discussão sobre temas complexos, por conta de sua duração ampliada. Conceitua a verdade no jornalismo e mostra as implicações causadas pela capacidade da TV e do telejornalismo de influenciar o público através da credibilidade do discurso jornalístico. É utilizada a concepção de que o discurso do jornalismo é capaz de desinformar o público caso as informações sejam manipuladas, escondidas ou falseadas. (DERAKHSHAN; WARDLE, 2018).

No capítulo três são discutidas as questões de gênero, tema ainda rodeado de valorações, preconceitos e dubiedade na sociedade. É empregado o entendimento de que gênero é uma construção social, não estando necessariamente relacionado ao sexo (BUTLER, 2003; LOURO, 2008; SCOTT, 1995). Também são trabalhados os aspectos políticos envolvendo as perspectivas de gênero, em que se destaca a contextualização do termo “ideologia de gênero”, conceito que traz um tom pejorativo à reportagem ao abordar a igualdade de gênero, a educação sexual e a diversidade representada pelas questões LGBTQIA+, manipulando o discurso sobre essa temática e distorcendo as informações apresentadas.

No capítulo quatro são apresentados a metodologia utilizada na análise, o corpus da pesquisa e os demais procedimentos metodológicos. O conteúdo analisado é compreendido em cinco diferentes construções de sentido: as questões de gênero tratadas como um 1) assunto tabu; 2) teoria anticiência; 3) a escola entendida como um lugar abusivo; 4) as crianças percebidas como seres indefesos; 5) a existência de uma divisão entre “nós”, grupo contrário à disseminação de pautas de gênero, e “eles”, defendem a pauta.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho e as referências utilizadas.

2. TELEVISÃO, GRANDE REPORTAGEM E VERDADE

A televisão é uma mídia essencial na construção de sentidos sobre os mais diferentes assuntos. O que passa na TV é apreendido pelo público, discutido nos ambientes familiar e de trabalho e ajuda a moldar a percepção sobre a realidade social. Este capítulo discutirá a importância da televisão na difusão de conhecimento e fortalecimento da democracia através da exibição de diversidade. Na sequência, será abordada a relevância da grande reportagem em elucidar temas complexos para o público por possuir mais tempo do que reportagens de *hard news* do dia-a-dia e criar histórias envolventes ancoradas na emoção. Por fim, conceituará sobre a verdade no jornalismo, bem como as implicações causadas pela capacidade do telejornalismo de dialogar com o público através da legitimidade conferida pelo discurso jornalístico.

2.1 A TELEVISÃO COMO LUGAR DE APREENSÃO DO MUNDO

A televisão tem um aspecto fundamental no âmbito educativo e na conceitualização do mundo para os telespectadores (BRANDÃO, 2019). Em um país com grande percentual de analfabetos funcionais como o Brasil, em que apenas 8% da população são capazes de ler e interpretar textos de forma efetiva (YAMAMOTO, 2016), e o acesso à informação por meio de jornais impressos e online não é praticável para a maior parte das pessoas, a TV é importante para a diminuição da ignorância.

Wolton (1997, p. 73) entende essa mídia como “o principal instrumento de informação, de entretenimento e de cultura da esmagadora maioria dos cidadãos dos países desenvolvidos”. Embora essa seja uma afirmação antiga e a popularização da internet como meio de obtenção de conhecimento tenha mudado o cenário atual, é notável que a TV ainda representa um fator central na sociedade.

Para Orozco e Miller (2018), a televisão tem um papel importante na educação comportamental das audiências, ensinando as pessoas a como proceder e o que é esperado delas. Para os autores, os telespectadores “retiram da televisão uma variedade de mensagens e normas sobre os papéis paternos e pedagógicos,

afetando tudo, desde a organização da vida doméstica até o comportamento na escola e na vida cotidiana” (OROZCO; MILLER, 2018, p. 62).

Patrick Charaudeau (2016, p. 15) considera a TV como “um espaço cidadão de discussão, sem o qual não há democracia razoável”. Essa visão é reforçada por Wolton (1997), que entende que a TV é um meio em que as diferenças coexistem e ganham visibilidade: ricos e pobres, jovens e velhos, pessoas de direita e de esquerda assistem aos mesmos programas e veem realidades que de outra maneira seria impossível.

Os telespectadores não são apenas agentes passivos, absorvendo os conteúdos que chegam pelo outro lado da tela. Tudo o que é visto “é transformado em propriedade, se não legal, cultural das audiências, pois elas processam informações, as relacionam com suas próprias vidas e dão novo significado ao que é visto” (OROZCO; MILLER, 2018, p. 65).

Ao assistirem a um programa, as pessoas podem se identificar com algum assunto ou situação mostrada, mesmo que nem sempre reconheçam essa aproximação. Funciona como “um fenômeno de confrontação de espelhos: a televisão como espelho do mundo, o telespectador como espelho de sua história individual e coletiva” (CHARAUDEAU, 2016, p. 17). Essa identificação acontece a todo o momento, visto que os repertórios pessoais e coletivos dos telespectadores são acionados ao verem as imagens e sons transmitidos. A televisão é reflexo do mundo pois apresenta informações sem as quais não seria possível absorver uma determinada realidade. Mas é somente quando alguém se percebe no que está exibido, “na troca entre audiências, que o sentido do que é visto na tela é construído” (OROZCO; MILLER, 2018, p. 63).

A televisão também auxilia na sensação de pertencimento e sentido de comunidade. Wolton (1997) defende que essa construção do coletivo se dá, pois as informações exibidas se tornam comuns a um grupo. Mesmo quem não assistiu ainda é afetado pelo conteúdo que outras pessoas assistiram: assuntos de grande repercussão tomam as ruas e repercutem no cotidiano:

A televisão é um meio cuja importância está no que se fala dela e de sua programação [...] No dia seguinte, essas e outras pessoas conversam e discutem sobre o que foi exibido, comunicam-se e trocam ideias e experiências (MUANIS, 2015, p. 94)

No contexto de hoje, em que Ruivo (s.d., p. 3) percebe a televisão “cada vez mais diversa e abundante, simultaneamente assumindo um papel de intervenção e representação social”, apresentar questões que de outra forma não seriam discutidas nos lares ajuda na criação de comunidade, uma vez que a TV serve

para unir indivíduos e públicos que de um outro ponto de vista tudo separa e lhes oferecer a possibilidade de participar de uma atividade coletiva. É essa aliança bem particular entre o indivíduo e a comunidade que faz dessa tecnologia uma atividade constitutiva da sociedade contemporânea (WOLTON, 1997, p. 69)

Para Wolton (1997), a televisão é um dos principais espelhos da sociedade, pois é ali que as pessoas podem ver a si mesmas e aos seus semelhantes representados, em novelas, programas de variedade e, principalmente, em programas noticiosos, como os telejornais e revistas eletrônicas. Charaudeau (2016) reconhece que, por mais que a televisão traga à luz determinados assuntos, a perspectiva da qual esses tópicos são abordados ainda é excludente, pois não há espaço e, muitas vezes, não há interesse de que todos os ângulos sejam explorados. Dessa forma, a imagem audiovisual produz um paradoxo, visto que

produzindo a emoção, impede que a compreensão se exerça; e que, no entanto, nos oferece uma parte do mundo que não veríamos sem ela. É certo que aquilo que ela nos cede, ela também nos impõe, apresentando unicamente uma parte visível do mundo. [...] Não é, como se diz por vezes, que ela torna o invisível visível; é que ela só torna visível o visível que ela decide manifestar (CHARAUDEAU, 2016, p. 16)

As questões destacadas por Charaudeau não estão ligadas à constituição da mídia, muito menos à maneira com que o público interage com ela, mas à visão limitada de muitos produtores televisivos, que tem um projeto político e econômico que não é compatível com o direito à livre informação e entretenimento. Se a televisão tem o poder de fazer as pessoas se abstraírem da realidade concreta (LOPES, 2007 apud BRANDÃO, 2019), as tirando do aqui e agora para transportar a uma multiplicidade de estilos de vida, isso não pode ser julgado sem o contexto em que o programa é apresentado – e muito menos se adequa ao espaço do telejornal. Ainda assim é uma ação social importante: o telejornal transporta um cidadão classe média de um bairro bem estruturado para uma favela, mostrando uma realidade que

ele precisa conhecer. Ao mesmo tempo, mostra a um cidadão da favela que ele merece ter os mesmos direitos de um morador de um bairro bem estruturado. Para Lopes, a TV “funciona como um meio de abertura da sociedade a ela própria, o que implica que é uma verdadeira instância simbólica que apresenta um específico desenho da realidade” (LOPES, 2008 apud BRANDÃO, 2019, p. 32).

Por mais abertura que busque ter, a TV e, principalmente o telejornalismo, não dá conta de abarcar toda a realidade: trabalha apenas com um recorte, uma fração, e não pode incorrer no erro de destacar o equívoco, o incompleto, o que aliena e obscurece. Dessa forma, dentro do contexto desta pesquisa, é justo salientar a importância de tratar temas como as questões de gênero e sexualidade, que são sensíveis para o debate público, com a qualidade e a preocupação que precisam ter. Se não for bem trabalhada, a abordagem assumida pelo programa televisivo pode fortalecer estereótipos e incentivar o preconceito contra grupos que já são estigmatizados.

Charaudeau (2016) percebe esse poder da televisão como algo dúbio, que permite a exibição de um falseamento da verdade. A realidade construída na tela, para ele, é ambigualmente verdadeira, pois ao mesmo tempo em que a imagem televisiva possui o efeito de transparência e de evocação, pode informar algo de maneira deformada (CHARAUDEAU, 2016). Entretanto, essa deformação não é culpa de apenas uma figura, mas de todo o sistema televisivo: das engrenagens e dos atores que, cada um de seu setor, participam de alguma forma desse processo - não é o meio o problema, mas o que algumas agendas políticas podem fazer com ele.

Esta monografia vai analisar uma reportagem audiovisual que, conforme será discutido no capítulo de análise, manipula a narrativa televisiva sobre pessoas que não se encaixam no padrão de gênero e sexualidade tido como convencional. No contexto em que a reportagem foi produzida, sendo oriunda de uma emissora que preza pelos valores evangélicos², fica ainda mais evidente a exibição apenas do que

² A TV Record é propriedade do bispo evangélico Edir Macedo, fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus. No site da Universal é comum haver notícias e colunas de opinião contrárias aos temas de gênero e sexualidade, assuntos que transgridem as doutrinas tradicionais evangélicas (TAVARES, 2021).

é mais conveniente para endossar o posicionamento da TV Record: valores conservadores e religiosos e contrários à diversidade.

2.2 GRANDE REPORTAGEM

Os telejornais representam um lugar de referência para a audiência (VIZEU, 2009), sendo resultado de uma atividade que se dedica a interpretar a realidade social e a organizar os acontecimentos do dia. Quando o público assiste aos telejornais, ele está se compreendendo enquanto cidadão e, principalmente, entendendo o seu local na sociedade.

Diariamente o telejornalismo busca selecionar os fatos mais relevantes, e por isso Vizeu defende que “o cotidiano é organizado dentro das regras e normas do campo jornalístico, que funciona como um lugar de mediação entre os acontecimentos e as notícias” (VIZEU, 2009, p. 77). É a partir dessa mediação que o mundo se torna mais acessível e compreensível.

Nesse âmbito, dentro da organização dos telejornais e das revistas eletrônicas, é possível destacar os formatos *hard news*³ e grande reportagem. Enquanto as notícias *hard* têm o objetivo de informar sobre os acontecimentos diários, situando o público no aqui e agora e fornecendo somente os dados indispensáveis para a apreensão da informação, a grande reportagem possui características que a diferenciam e elevam para uma categoria mais subjetiva, abrangendo principalmente pautas de comportamento humano.

Vilas-Boas (2010) destaca que as grandes reportagens - também chamadas de reportagens de aprofundamento ou reportagem de imersão - geralmente têm o foco nos personagens, humanizando as situações e detalhando os acontecimentos. Isso se dá pelo tempo expandido da grande reportagem, tanto na produção quanto na exibição. Grandes reportagens podem passar dias, semanas e até meses sendo produzidas, ao passo que as *hard news* são construídas diariamente, com tempo de fechamento e validade curtíssimos. Após a exibição, as *hard news* ficam ultrapassadas, justamente por priorizarem o acontecimento imediato.

³ *Hard News* é uma denominação da prática jornalística comumente ligada às notícias que tratam sobre temas factuais e cotidianos. São notícias “duras”, concisas e objetivas, que geralmente falam sobre política, economia, segurança, etc.

Para Ijuim (2010), é no aprofundamento da pauta que se obtém brilho para a matéria, tornando-a mais atrativa para os espectadores. O texto da grande reportagem permite um trabalho mais elaborado e poético, aproximando a narrativa da literatura. Aqui, é entendido que o fazer jornalístico não precisa se restringir a noticiar, pois possui espaço para descrever as relações humanas (IJUIM, 2010). Na grande reportagem “há que se considerar mais que fatos, mas fenômenos sociais; sua tarefa, então, é a de compreender as ações humanas para poder narrá-las” (IJUIM, 2010, p. 120).

Essa dimensão narrativa abrangente da grande reportagem é um espaço propício para a discussão de temas mais introspectivos da sociedade. Reportagens aprofundadas afetam as audiências de maneira mais provocativa (IJUIM, 2010), pois exibem realidades que não são diariamente alcançadas pelo público:

Nos esforços de “recriação de uma nova dimensão às coisas”, tais narrativas também podem ir além do urgente (fatos) para abordar o importante (fenômenos sociais), transcendem o passageiro e o circunstancial na busca do essencial humano. (IJUIM, 2010, p. 126)

É na grande reportagem que o jornalista se assume, de fato, como um cidadão. Canellas (2008) defende que é preciso que os repórteres sejam empáticos com as fontes, se abrindo para os relatos e entendendo seu local enquanto alguém capaz de jogar luz sobre situações que afligem a sociedade. É nessa troca imersiva que nascem as melhores histórias, capazes de balançar as estruturas sociais e solidificar entendimentos no imaginário coletivo. Porém, o autor destaca que os jornalistas não devem se utilizar do espaço da mídia para panfletar visões políticas disfarçadas de jornalismo. Para ele, não se deve ser nem imparcial - a ponto de não conseguir sentir o que a fonte sente, entendendo a razão dos problemas -, nem engajado, fazendo discursos que coisificam as pessoas em prol de ideais (CANELLAS, 2008). Não há como ter que escolher um lado, já que há um único lado: o do cidadão, dos esquecidos, dos necessitados.

A diversidade também é importante na produção jornalística, em especial na grande reportagem, pois as pessoas tendem a reduzir a percepção da realidade às suas vivências. O contato com a diferença é importante tanto para os repórteres quanto para os telespectadores, conforme defendem Freitas e Benetti (2017):

Por estar posicionado em um lugar discursivo específico, o repórter organiza sua experiência a partir de expectativas que vão além das suas, pessoais, e derivam de um conhecimento compartilhado sobre como um repórter deve encarar aquilo que é diferente dele. Segundo, o jornalismo, pensado como uma instituição, tem como finalidade ampliar o conhecimento dos leitores. Isso implica provocar o leitor a não reduzir o mundo apenas ao seu próprio universo de experiências. (FREITAS; BENETTI, 2017, p. 13)

O telejornalismo é fundamental na proposição de conteúdos diversos e, para além disso, exerce uma função política, auxiliando na construção de uma realidade social sobre determinados assuntos. Darde e Leme (2016, p. 292) entendem que os programas televisivos assumem “um papel de conservação das relações de poder e, conseqüentemente, um controle social no agendamento cultural e político da sociedade”, ditando o que deve ser pauta no cotidiano. As escolhas editoriais definem o que é importante, quais discussões parecem adequadas e guiam o entendimento sobre os temas do cotidiano para o público da emissora. Assim, para os autores, os telejornais “recorrentemente funcionam como única expressão coletiva de construção social da realidade, configurando-se um espaço importante de elaboração de sentidos” (DARDE; LEME, 2016, p. 292).

É importante salientar a responsabilidade dos envolvidos na produção de grandes reportagens. Para Vizeu (2009, p. 77), “o jornalismo televisivo representa um ‘lugar’ para os brasileiros, muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo”. Citando uma pesquisa sobre a recepção de jovens ao Jornal Nacional, Travancas (2007⁴) explica que o JN, “como parte de um sistema mais amplo de comunicação”, pode afetar e influenciar os conhecimentos e as escolhas de vida da audiência. A grande reportagem, nesse contexto, é responsável por informar e educar a sociedade sobre temas complexos, e por isso deve estar sempre atenta e em conformidade com a verdade.

2.3 VERDADE NO JORNALISMO

No âmbito desta pesquisa, é fundamental que o conceito de verdade no jornalismo seja discutido para a compreensão das críticas que serão feitas ao

⁴ TRAVANCAS, I. **Juventude e televisão**. Rio de Janeiro: FGV, 2007 apud VIZEU, 2009.

discurso da reportagem analisada. Não porque ela minta veementemente, mas porque, ao omitir e descontextualizar informações, se utiliza da legitimidade da prática jornalística (BENETTI; LISBOA, 2015) para difundir ideias transpassadas por interesses políticos. Ao falsear a verdade de seu discurso, o jornalismo fere a ética e deforma a produção de conhecimento representada pela comunicação (PARK, 2008).

Para Kovach e Rosenstiel (2004), o jornalismo tem como primeira obrigação respeitar e divulgar a verdade. As notícias existem como uma forma de conhecimento (PARK, 2008), registrando os eventos do presente para serem estudados pela história e a sociologia, e contribuindo na formação da cultura através de sua influência. Nesse contexto, o jornalismo se constitui historicamente como um campo social legítimo e responsável pela transmissão de informações precisas, verídicas e de qualidade.

Mas o que podemos entender como ‘verdade’? A verdade é uma responsabilidade ética (CORNU, 1999) que perpassa a preparação, o conteúdo e a forma das notícias; abrange tanto as questões técnicas quanto às ações pragmáticas das pessoas e instituições que resultam na informação qualificada: “a exigência de verdade não se aplica unicamente à ordem dos factos, como exigência de exactidão, mas também à ordem do sentido, como exigência de justeza, e à ordem da narrativa como exigência de veracidade.” (CORNU, 1999, p. 395). Os meios de informação devem exigir que a verdade esteja no centro de suas ações – ou colocam em xeque a própria missão de informar:

Uma notícia que não seja orientada para a verdade – nem que essa verdade seja parcial e provisória, e consciente de o ser – não será uma informação. Pertence à outra categoria, que revela da estratégia (por exemplo, apregoar o falso para saber o verdadeiro) ou da pura e simples trifulhice (CORNU, 1999, p. 394)

Para transmitir a verdade, entretanto, os meios de informação se defrontam com a subjetividade do fazer jornalístico. A apreensão da realidade cotidiana é atravessada pela visão de mundo do jornalista, o que implica em uma enunciação que deve ser pautada pela verdade, mas compreendida enquanto uma fala particular e subjetiva pessoal. Cornu (1999) defende que, para tentar amenizar a influência de sua subjetividade, o jornalista deve se atentar ao rigor da objetividade como método

de busca pela verdade. Ou seja, somente publicar informações de origem conhecida, não omitir informações essenciais, não alterar textos nem documentos e retratar qualquer informação publicada que se mostre incorreta.

Para Benetti e Lisboa (2015), a subjetividade é inevitável ao relato jornalístico. As autoras defendem que, por ser sempre uma interpretação do real, o discurso do jornalismo deve ser transparente e elucidativo, explicando ao público como o jornalista chegou à verdade, pois “o problema não é a interpretação em si, mas a interpretação que não está justificada e que não é explicativa” (BENETTI; LISBOA, 2015, p. 15).

Faz parte das práticas jornalísticas argumentarem como e porque foram escolhidas determinadas fontes, imagens e enquadramentos e não outros igualmente possíveis (SOUSA, 2002). Essas escolhas discursivas dão credibilidade ao jornalismo e auxiliam o leitor a “identificar elementos que podem lhe ajudar a medir o grau de fidelidade entre o relato e o fato reportado” (BENETTI; LISBOA, 2015, p. 14). O rigor com a prática objetiva do jornalismo garante ao jornalista autenticidade enquanto enunciador da realidade, conforme explica Cornu:

Se a objectividade qualifica efectivamente a validade da verdade do julgamento feito sobre a realidade, é à realidade do narrador como sujeito - e não à realidade do seu objecto - que aqui nos devemos referir. São então as suas qualidades de autenticidade que exprimem o elo com a verdade traduzido na veracidade do relato (CORNU, 1999, p. 392)

A possibilidade de atestar a existência do que o jornalista relatou garante a autenticidade do fato e a aproximação deste com uma verdade objetiva. A realidade é palpável e esse é um dos motivos pelo qual o conceito de verdade no jornalismo é entendido enquanto uma correspondência:

Sustentamos aqui a ideia de que a verdade no jornalismo se ampara na ligação que seu discurso (e seus enunciados) mantêm com a realidade, considerando a existência ontológica dos fatos. Há um pressuposto nessa teoria de que há uma realidade externa (extramental) que independe do observador para existir. A verdade proposicional implicada na crença no jornalismo está amparada, portanto, na sua relação de correspondência com o real (BENETTI; LISBOA, 2015, p. 13)

Para Cabral (2008), a verdade está relacionada aos sentidos e percepções físicas e emocionais, sendo “necessário que ‘salte aos nossos olhos’ e que um

dispositivo de confiança seja acionado em nossos sentidos para acreditarmos, sem sombra de dúvidas, no que vemos” (CABRAL, 2008, p. 3). É algo que pode ser experimentado e relatado, desde que quem a experimentou seja capaz de transmitir, através da linguagem, a sua existência. Essa concepção pode ser aplicada ao jornalismo, entendendo que o repórter de televisão deve estar aonde o fato ocorre e é capaz de transmitir as informações de primeira mão por meio do discurso jornalístico, fazendo com que os veículos de comunicação passem legitimidade para o público.

Em uma pesquisa de 2018, Gisele Reginato salienta que a obtenção de conteúdos verdadeiros é uma das percepções dos leitores como finalidade do jornalismo (REGINATO, 2018). O discurso empregado pelos repórteres dificilmente é questionado pela audiência, pois o contrato implícito firmado entre veículos e espectadores é de que o que está sendo exibido é verdadeiro. Esse contrato de comunicação é renovado de forma autorreferencial, “em que veículos tentam controlar sua imagem e se conectar aos valores essenciais do jornalismo, justificando seu papel social” (GADRET; REGINATO, 2016, p. 125). Por esse motivo, se as audiências não forem críticas aos conteúdos que consomem, podem acabar sendo influenciadas por enquadramentos enviesados. Em programas que falseiam a verdade para desinformar sobre questões de gênero, por exemplo, esse falseamento pode se refletir em preconceito, estigmatização e desinformação.

Ainda sobre a recepção dos conteúdos, o público confia no enunciador das notícias e “presume o grau de credibilidade do jornalismo baseado em sua experiência anterior como leitor” (BENETTI; LISBOA, 2015, p. 17). A credibilidade do jornalismo vem, justamente, da promessa de que as notícias são verdadeiras e que o jornalismo não mente – mesmo que seja acusado de ser parcial, em alguns momentos, devido à sua natureza industrial, que está baseada no lucro e na proeminência social.

Essa relação de confiança com os jornais pode ser compreendida ainda pela legitimidade da comunicação enquanto campo social. Berger (1996) afirma que o capital simbólico de fazer crer coloca o jornalismo em um lugar de destaque frente a outros campos de conhecimento.

O Capital do Campo do Jornalismo é, justamente, a credibilidade. É ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre

estes e os demais campos sociais. E está constantemente sendo testada, através de pesquisas, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão pois, no diálogo com o leitor, valem os “efeitos de verdade”, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas (BERGER, 1996, *web*)

Por conta desse poder de legitimidade, são graves as implicações causadas pelo telejornalismo que não age com boa fé e produz conteúdos que falseiam a verdade, movido por interesses religiosos ou políticos que estão acima do interesse público. O mau uso do discurso jornalístico cria a sensação de que o que está sendo exibido é a realidade, e isso engana a percepção do público, fazendo-o crer que as informações descontextualizadas e enviesadas são, de fato, como estão apresentadas, gerando desinformação.

Para Bonoto (2020), o processo desinformativo pode ser compreendido como a produção proposital de informações mentirosas e/ou descontextualizadas para causar influência no pensamento dos indivíduos sobre determinados assuntos. A autora parte da proposição de Derakhshan e Wardle (2017; 2018) sobre desordens informativas e suas consequências para o interesse público: “de modo geral, percebe-se a desinformação como um discurso que disputa visibilidade e legitimação e, por isso, potencialmente nocivo ao avanço democrático” (BONOTO, 2020, p. 8).

O entendimento dessa concepção é compartilhado por Brisola e Bezerra (2018). Segundo os autores, a desinformação surgiu em contextos de guerra e espionagem, mas acabou ultrapassando esses cenários e se instaurou no cotidiano das pessoas. Além disso, é importante definir que desinformação não se refere apenas a informações falsas, mas também a conteúdos que ainda possuem partes de verdade, mas foram distorcidos (BRISOLA; BEZERRA, 2018).

Derakhshan e Wardle explicam que, diferente da divulgação de informações incorretas, que têm teor falso, mas são compartilhadas por pessoas que creem que elas são verdadeiras, a desinformação é uma informação falsa divulgada por alguém que sabe dessa condição. “É uma mentira intencional e deliberada, e resulta em usuários sendo ativamente desinformados por pessoas maliciosas” (DERAKHSHAN;

WARDLE, 2018, p. 48). Dentro dessa definição, os autores destacam sete tipos de conteúdos desinformativos, que no entendimento deles, não podem ser categorizados enquanto jornalismo legítimo: sátira e paródia; conexão falsa; conteúdo enganoso; contexto falso; conteúdo impostor; conteúdo manipulado e conteúdo fabricado.

Para a presente pesquisa, dois tipos de conteúdo desinformativo são destacados, pois estão presentes na reportagem analisada. Primeiro, o *conteúdo enganoso* existe quando um trecho de fala, imagem ou estatística é escolhido seletivamente, a fim de enquadrar indivíduos ou situações de determinada maneira, para corroborar com a informação. Já o *contexto falso* é entendido enquanto o uso de uma informação fora de suas circunstâncias originais. Isso ocorre quando um elemento é reciclado para outra situação, descaracterizando sua intenção original (DERAKHSHAN; WARDLE, 2018).

Gomis (2004), tratando sobre o assunto, entende que para compreender o mundo, as pessoas o observam através de um pseudoambiente - uma versão simplificada e simbólica do mundo real. É no pseudoambiente que a desinformação ocorre, quando um emissor modifica a percepção da realidade de uma pessoa a favor de seu pseudoambiente imaginado. Nesse momento, a informação deixa de ser um fim, subordinando-se aos objetivos de uma situação de conflito e reduzindo o estado de incerteza “a favor do emissor, que consegue com que o que disse seja acreditado e tomado por realidade, não sendo” (GOMIS, 2004, p. 112).

O autor também destaca a capacidade de fontes e interessados de criarem pseudoeventos: fatos previstos, suscitados ou provocados que têm o objetivo de serem veiculados, registrados e gerarem benefício próprio ou prejuízo para adversários.

O pseudoevento ou pseudofato é “pseudo”, falso, inclusive feito para enganar, mas nem por isso deixa de ser evento, fato, e transmitido como notícia por verdadeiros atores em cenários verdadeiros. E assim o pseudoevento (Boorstin, 1971⁵), captado no pseudoambiente (Lippmann, 1969⁶) em que cada um de nós vive, produz efeitos verdadeiros no mundo real. (GOMIS, 2004, p. 109)

⁵ BOORSTIN, D. **L'Image**. Paris, L'Union Generale d'Editions, 1971 apud GOMIS, 2004.

⁶ LIPPMANN, W. **Opini3n P3blica**. Buenos Aires, Compa3ia General Fabril Editora, 1969 apud GOMIS, 2004.

Por último, a discussão da verdade no jornalismo passa mais uma vez pelo compromisso de quem realiza a prática jornalística. É dever do repórter, do produtor e do editor garantirem a credibilidade dos fatos apresentados, uma vez que “a incompletude ou o único ponto de vista distorce a história no sentido de levar leitores a tirar conclusões que não são verdadeiras” (BENETTI; LISBOA, 2015, p. 14).

O jornalismo possui uma responsabilidade ética na constatação e disseminação da verdade, pois as audiências legitimam o trabalho do jornalista e têm suas vidas influenciadas e alteradas pelas notícias, seja no ato de levar um guarda-chuva para o trabalho após ver a previsão do tempo ou decidir em qual candidato votar após assistir a uma sabatina no telejornal. Por conta dessa importante missão, é fundamental que o público possa distinguir as reportagens baseadas na verdade e no interesse público das que são construídas com o intuito de enganar, desinformar, e perpetuar preconceitos. Se “ler as notícias com inteligência é se perguntar quem contou o fato e com que interesse” (GOMIS, 2004, p. 106), então a escolha do que consumir é ainda mais relevante. Para Cornu, isso se dá através do “critério que permite distinguir as *informações* dos simples *factos de comunicação*, que tendem a invadir os *media*” (1999, p. 395, grifos do autor).

A reportagem escolhida para análise nesta pesquisa, intitulada “Na Escócia, crianças podem escolher com qual sexo se identificam”, elabora e dissemina sentidos sobre questões de gênero e sexualidade, alegando que setores da sociedade abordam esses tópicos de forma prejudicial para crianças e adolescentes. Antes de ingressar na análise e identificar quais são os sentidos construídos, será trabalhado outro aspecto essencial para a construção do estudo: as questões de gênero.

3. QUESTÕES DE GÊNERO

Os conceitos de sexo, gênero e sexualidade são alvo de disputas políticas e sociais há décadas. A divisão binária do gênero nas figuras de homem e mulher é naturalizada na sociedade cristã ocidental e remonta a tempos imemoriais, baseada no relato bíblico de uma criação divina. Entende a figura feminina como uma parte da masculina e, por isso, hierarquicamente inferior, menor ou incompleta. Com o desenvolvimento da ciência houve a “descoberta dos sexos”, e o entendimento da fisiologia da mulher fez com que reducionistas utilizassem o respaldo científico para legitimar essa divisão (LAQUEUR, 2001), atribuindo a inferiorização feminina ao útero e às questões biológicas. O avanço das discussões feministas, desde o último século, questionou o papel da mulher na sociedade e trouxeram novas perspectivas de entendimento ao campo do gênero (BUTLER, 2003; LOURO, 2008; RUBIN, 2012; SCOTT, 1995), o que engloba também questões relacionadas ao sexo e à sexualidade humana.

Este capítulo abordará o tema a partir de perspectivas relacionadas à Teoria *Queer*, que entendem e questionam gênero como um constructo social normatizado e normativo para as relações humanas. Para essa conceituação, não serão levados em conta os fatores genéticos e cromossômicos que definem o sexo biológico. Essa é, no entendimento de Botton et al. (2019), uma definição advinda do binarismo macho/fêmea do reino animal que exclui todos os fatores sociais para além da anatomia do corpo. Também não será debatida a orientação sexual, termo que se refere à direção do desejo ou da atração sexual (BOTTON et al., 2019), geralmente categorizando as pessoas em homossexuais (que sentem atração no mesmo gênero que o seu), heterossexuais (que sentem atração no gênero oposto) e bi/pansexuais (que sentem atração tanto pelo seu gênero quanto por outro(s)). Esses conceitos são importantes para os estudos mais abrangentes sobre questões de gênero, mas levando em conta o objetivo desta pesquisa e a abrangência pretendida, optou-se por trabalhar apenas com o conceito de gênero.

Primeiro, será discutida a significação do termo gênero na contemporaneidade. Em seguida, serão trabalhadas as implicações políticas envolvendo as questões de gênero. Destaca-se a contextualização do termo

“ideologia de gênero”, um dos temas centrais da reportagem analisada nesta pesquisa. O conceito é utilizado pejorativamente por determinados grupos sociais para reunir e definir pautas favoráveis à igualdade de gênero, educação sexual e questões LGBTQIA+.

3.1 CONCEITUANDO GÊNERO

Quando são discutidas questões de gênero, um dos principais tópicos que deve ser abordado é a concepção de que existe uma diferenciação entre os seres humanos - biológica, social, performativa - e que essa diferenciação é motivo para distinção de tratamento e de expectativas sobre as pessoas. Dependendo da cultura, do local e da época em que se está inserido, essa diferenciação recebe o nome de “sexo” ou “gênero”, e na tradição da sociedade ocidental é geralmente dividida em uma binariedade: masculino e feminino; homem e mulher.

É importante ressaltar, no contexto desta monografia, que a expressão de gênero enquanto “homem” ou “mulher” e a hierarquização dessas duas figuras são fundamentos da sociedade ocidental cristã, cujos valores estão baseados nas escrituras da Bíblia Sagrada. Na Bíblia, é descrito que Deus criou o homem e a mulher (Gênesis, capítulo 1, versículos 26 - 28; Gênesis, capítulo 2, versículos 20 - 23), e que a esposa deve ser submissa ao seu marido (Efésios, capítulo 5, versículos 22 - 24).

A tradição teológica cristã, ao longo de dois milênios - e mais antiga ainda, se forem levados em conta os papéis de gênero no decorrer da história - reforçou uma concepção de gênero para as sociedades, garantindo às mulheres determinados papéis sociais, resguardados principalmente ao trabalho doméstico e procriativo, em contraste à liberdade masculina para exercer quaisquer atividades que quisessem ou ocupar qualquer lugar de sua vontade. Nesse contexto, a heterossexualidade, que garante a manutenção do casamento e a continuidade da espécie humana, é tida não apenas como um conceito natural, mas um desejo e uma ordem de Deus (BUTLER, 2017, vídeo).

Com o avanço das discussões sociais, chegou um momento em que essa ordem transcendental preexistente se tornou insuficiente para justificar as relações

envolvendo gênero (LAQUEUR, 2001). O que aconteceu, então, é que as discussões envolvendo essa temática mudaram para o viés da natureza, para o sexo biológico: “os dois sexos, em outras palavras, foram inventados como uma nova fundamentação para o gênero” (LAQUEUR, 2001, p. 190).

Laqueur (2001) traz que o entendimento dos órgãos reprodutivos atrelados ao feminino (ovários e útero) enquanto íntegros em si, e não uma cópia mal formada dos órgãos masculinos, de alguma forma legitimou a diferenciação entre os gêneros. Antes, a mulher era entendida como um homem imperfeito pelo conjunto cultural de valores atribuídos ao que significava ser “homem” ou ser “mulher”. Com a “descoberta” dos sexos, a explicação passou a ter uma base “científica” e material para delimitar essa diferença, e essa base era a diferença sexual. O útero passou a fornecer uma “explicação e uma justificativa naturalista para a condição social da mulher” (LAQUEUR, 2001, p. 192).

Mas esse entendimento essencialista e naturalizador do sexo não foi suficiente para definir a divisão da sociedade. De acordo com Butler (2000), a diferença sexual é marcada e formada por práticas discursivas, e não apenas pela materialidade existente em um corpo:

o "sexo" é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o "sexo" e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas. O fato de que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta (BUTLER, 2000, p. 111)

Além de questionar o sexo como uma característica intrínseca do ser humano, o entendendo como um processo social que é reforçado em todas as instâncias da sociedade, mesmo subjetivamente, Butler (2003) também questiona a ideia de gênero como resultado de uma produção cultural. Até então, o entendimento do que significa ‘gênero’ e de como isso estava circunscrito na sociedade passava pela compreensão de que o conceito é apenas uma construção social, algo criado pela cultura para definir e demonstrar as diferenças percebidas entre os “machos” e “fêmeas” da espécie humana.

Para Butler (2003), gênero é algo performativo, reforçado e produzido em todas as ações realizadas pelos agentes sociais. Essa performatividade existe mediada por signos e discursos, e se expressa por meio de atos que impõe um “ser feminino” ou um “ser masculino”. Em outras palavras, quando um homem fala, anda e age de determinada maneira, ele está reforçando o entendimento do que é “ser homem”, mas também criando novos entendimentos dessas possibilidades.

Nesse sentido, o conceito de performatividade de gênero implica em um processo de repetição. Para Butler (2003), gênero é “um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59). De acordo com a autora, as normas que compõe as características de cada gênero estão ligadas diretamente a uma matriz heteronormativa, cujo objetivo consiste em preservar o gênero como uma composição binária e heterossexual, mantendo uma ordem de imposição sobre o imaginário social. A performatividade não só cria e replica “o que é ser homem”, mas também opõe essa ideia ao “que é ser mulher”, negando que haja possibilidade de coexistência nesse sentido.

Para Joan Scott (1995), gênero é uma forma de dar significado para as relações de poder. Utilizando como base as discussões feministas que indicavam gênero como uma rejeição do “determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (SCOTT, 1995, p. 72), a autora destaca que o termo ‘gênero’ aponta para a criação social de ideias a respeito de quais devem ser os papéis adequados para homens e mulheres. Entretanto, Scott (1995) conceitua que a criação do gênero vai além dessa definição mais rasa, pois também implica em processos de diferenciação e de distinção, o tornando uma identidade subjetiva.

Essa criação do gênero como identidade subjetiva exige que as ambiguidades e os elementos que se opõe na elaboração pessoal sejam suprimidos para que se assegure uma coerência - e uma ilusão de coerência - de compreensão comum a respeito do que é entendido enquanto “homem” ou “mulher”. É como se os estereótipos inseridos na formação de um ser masculino fossem completamente opostos à formação feminina: nesse contexto, é impossível admitir a ideia de uma roupa, ao mesmo tempo, de homem e de mulher. Nas palavras da autora, “a ideia de

masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos - do potencial do sujeito para a bissexualidade - e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino” (SCOTT, 1995, p. 82).

Scott (1995) indica ainda que gênero, como um elemento constitutivo das relações baseadas na diferença percebida, implica em quatro elementos interrelacionados. O primeiro consiste na existência de símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas - como as figuras de Eva e Maria, para as culturas dominadas pelo cristianismo, como referências do que é ser mulher. O segundo elemento corresponde a conceitos normativos, expressos em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas, que afirmam com veemência o significado do masculino e do feminino. São interpretações convictas dos significados dos símbolos destacadas no primeiro elemento. O terceiro aspecto é o questionamento da fixidez binária do gênero. Para a autora, as pesquisas históricas precisam desnaturalizar a permanência intemporal dessa concepção binária, permitindo uma identificação subjetiva com essas questões. Essa identidade subjetiva corresponde ao quarto aspecto do gênero.

Neste ponto, é relevante salientar que as naturalizações existentes no campo social e que se refletem na mídia, e em especial na reportagem analisada neste trabalho, nem sempre são questionadas, justamente por estarem enraizadas na compreensão da sociedade. A distinção de uma identidade que foge da norma homem/mulher é tida como anormal e sua validade colocada em xeque.

Louro (2008) é enfática na defesa de que o gênero é produto de uma construção cultural, não tendo nenhuma ligação com as questões biológicas. De acordo com a autora, as identidades de gênero contemporâneas estão à mercê de uma posição “normal”, onipresente e sempre presumida da identidade masculina heterossexual. As outras identidades existem na relação de diferença com essa primeira:

A diferença não pré-existe nos corpos dos indivíduos para ser simplesmente reconhecida; em vez disso, ela é atribuída a um sujeito (ou a um corpo, uma prática, ou seja lá o que for) quando relacionamos esse sujeito (ou esse corpo ou essa prática) a um outro que é tomado como referência. Portanto, se a posição do homem branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição-de-sujeito ou a identidade referência, segue-se que serão diferentes todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem (LOURO, 2008, p. 22)

Identidade de gênero, nesse contexto, pode ser compreendida como uma atitude individual relacionada ao entendimento do gênero enquanto construção social (JESUS, 2014). A partir dela, as pessoas se identificam como homens, mulheres, travestis, não-binários ou quaisquer outra identidade possível. Além disso, elas “se percebem e são percebidas como integrantes de um grupo social determinado pelas concepções correntes sobre gênero, partilham crenças e sentimentos e se comprometem subjetivamente junto ao grupo com o qual se identificam” (JESUS, 2014, p. 246). As pessoas travestis, por exemplo, se entendem como e vivenciam papéis de gênero femininos, mas não se reconhecem completamente como mulheres, e muito menos como homens. Sua identidade as posicionam como membros de um terceiro gênero ou não-gênero (JESUS, 2012).

Para Louro (2008) essa construção de identidade de gênero acontece ao longo de toda a vida, infundavelmente, e já não é possível defini-la no esquema binário.

No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e - o que é ainda mais complicado - admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambigüidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver (LOURO, 2008, p. 21)

A concepção de gênero enquanto um esquema binário homem/mulher já não é suficiente para acomodar todas as expressões possíveis da identidade humana. Entretanto, esse entendimento ainda não é comum a todas as pessoas, muito pelo contrário. A naturalização do masculino e do feminino como únicas possibilidades parece formar o entendimento da maioria da população, tanto é que atores políticos e sociais questionam as bases da identidade de gênero e lutam contra os avanços de pautas sociais do tipo. Esse embate é o tema do próximo subcapítulo.

3.2 IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA QUESTÃO POLÍTICA

A diversidade humana é uma característica positiva e fundamental na criação de sociedades mais justas e inclusivas. No âmbito desta pesquisa, que visa analisar o discurso de uma reportagem que trata as questões de gênero como polêmica, tabu ou desconfiança, é importante destacar como essa discussão se dá na sociedade contemporânea, principalmente em um contexto político de ascensão de ideologias declaradamente contrárias à pluralidade.

No entendimento de Louro (2008, p. 21), setores tradicionais reiteram e recrudescem ataques a essas minorias, “realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física”, ao mesmo tempo em que alguns setores sociais demonstram crescente aceitação da multiplicidade de identidades de gênero: “o que vemos agora, nesse conservadorismo sexual contemporâneo, ou o que podemos entender como política sexual reacionária, é um esforço para nos levar de volta a um mundo que nunca mais voltará” (BUTLER, 2017, vídeo). A autora entende que essa investida contrária ao progresso de pensamento, na defesa dos valores tradicionais, parte de grupos que têm se beneficiado da dominação hegemônica representada pela heteronormatividade ao longo dos últimos anos.

Porém, desde a década de 1960, cada vez mais jovens, negros, mulheres e pessoas LGBTQIA+ têm destacado sua inconformidade com o sistema que os exclui das tomadas de decisão e dita o que é o correto:

Seu propósito consistia, pelo menos inicialmente, em tornar visíveis outros modos de viver, os seus próprios modos: suas estéticas, suas éticas, suas histórias, suas experiências e suas questões. Desencadeava-se uma luta que, mesmo com distintas caras e expressões, poderia ser sintetizada como a luta pelo direito de falar por si e de falar de si. Esses diferentes grupos, historicamente colocados em segundo plano pelos grupos dominantes, estavam e estão empenhados, fundamentalmente, em se autoperpetuar (LOURO, 2008, p. 20)

Na compreensão de Louro (2008), os movimentos sociais organizados - o que inclui grupos que pensam diretamente sobre questões de gênero, como o movimento feminista e o movimento LGBTQIA+ - entendem que o acesso e o controle dos espaços culturais como a televisão, os jornais e os currículos das escolas e universidades é de suma importância. Segundo a autora, “a voz que ali se

fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual [...] de um modo quase incontestável” (LOURO, 2008, p. 21).

Por essas representações não serem plurais, as pessoas acabam aceitando concepções falsas como verdade, como por exemplo a ideia de que as mulheres são hierarquicamente inferiores, ou que gays, lésbicas e bissexuais são sujeitos de sexualidades desviantes. Quem controla a mídia e dita como esses temas vão ser tratados tem o poder de criar esses sentidos sobre gênero, difundindo sua visão social e política a respeito dessas questões. Para Miskolci (2009), no contexto de hoje, isso cria o entendimento de que a heteronormatividade é o correto, permitindo com que esse sistema fundamente processos sociais de regulação e controle até mesmo sobre pessoas que não se identificam com a heterossexualidade. Essa normatização cerceia e reprime a diversidade de pensamento sobre gênero, garantindo aos “desviantes da norma” um espaço de desumanização, conforme explica Butler:

a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural. Portanto, não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos "humano", o inumano, o humanamente impensável (BUTLER, 2000, p. 116 - 117)

De acordo com Gayle Rubin (2012), a oposição de partidos de direita a temas que envolvem as questões de gênero como educação sexual, pornografia, homossexualidade, aborto e sexo antes do casamento se deu quando estrategistas partidários e fundamentalistas religiosos descobriram que estes assuntos tem apelo de massa. Para Rubin (2012, p. 14) “sociedades ocidentais geralmente consideram o sexo como perigoso, destrutivo, uma força negativa”, julgando quase todas as práticas sexuais segundo suas piores possibilidades de expressão.

Nesse contexto, para agrupar e se referir a pautas sobre gênero, tecnologias de reprodução, questões LGBTQIA+ e educação sexual, o termo “ideologia de gênero” é utilizado por determinados grupos sociais pejorativamente.

Para entender o conceito de “ideologia de gênero” é preciso contextualizar a formação político-social do Brasil nos últimos anos. Embora seja reflexo de um

movimento global (GARRAIO; TOLDY, 2020), a expressão “ideologia de gênero” tem ganhado força no país desde 2014, com a crescente da vertente conservadora e dos discursos de políticos, da mídia e de igrejas alinhadas à extrema direita. Nesse contexto, diversos termos foram apropriados por grupos sociais para embasar os argumentos utilizados em suas narrativas (ALEGRETTI, 2019), e entre eles está a chamada “ideologia de gênero”, definida como “uma doutrina, que estaria sendo ensinada pelo grupo oposto, especialmente às crianças, para quebrar os padrões de comportamento hegemônicos com relação a identidade de gênero e orientação sexual” (ALEGRETTI, 2019, p. 1).

É possível entender que a “ideologia de gênero” é um guarda-chuva de significados, que pode abranger os mais diversos significantes relacionados à questões de gênero e sexualidade, sempre de maneira a desqualificar o debate sobre esse assunto. Esse termo é uma distorção do significado das pautas de gênero, acionado por grupos conservadores e religiosos para sintetizar uma ideia de contradição aos valores e à moralidade cristãos (ALEGRETTI, 2019). Um exemplo disso é o discurso de posse de Damares Alves, em 2 de janeiro de 2019, quando a ministra proferiu que meninos deviam vestir azul e meninas deviam vestir rosa. Na ocasião, a representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos declarou usar a metáfora como “combate à ideologia de gênero” (ALEGRETTI, 2019).

O estudo de Garraio e Toldy (2020) sobre o assunto mostra que a “ideologia de gênero” teve seu berço no contexto religioso, em documentos em que o Vaticano exprimia sua preocupação sobre a doutrinação de crianças pelos valores pró-feministas e pró-LGBTQIA+. Do ponto de vista do Vaticano, esse tipo de pauta causaria uma desafeição pelo casamento, o que

tem um impacto relevante na sociedade, uma vez que a reprodução é entendida como o princípio genético da sociedade e a educação dos filhos é encarada como um pilar fundamental de uma estrutura social baseada na família. Os documentos [do Vaticano que incluíam a crítica à “ideologia de gênero”] insistem no valor da família como “a base da sociedade” e o “santuário da vida”. (GARRAIO, TOLDY, 2020, p. 135)

Garraio e Toldy (2020) destacam que a educação é uma das áreas mais visadas pelos críticos da “ideologia de gênero” visto que, na concepção desses

críticos, as famílias têm um papel decisivo no ensinamento de suas crianças. De acordo com os autores, os grupos contrários à “ideologia de gênero” são especificamente contra organizações que apoiam programas escolares que difundem formas de família diferentes da tradicional (marido/esposa/filhos). “Em suma: as famílias heterossexuais são apresentadas pelo Vaticano como o remédio para a ‘ideologia de gênero’, isto é, como as portadoras dos verdadeiros valores da vida” (GARRAIO; TOLDY, 2020, p. 140).

Essa concepção, de que os valores difundidos pela escola podem ser questionáveis e de que os pais são responsáveis pela educação sexual dos filhos é a mesma defendida pela reportagem analisada, em que são apontados diversos casos de “ideologia de gênero” nas escolas ao redor do mundo. A seguir, serão estudados os sentidos construídos sobre as questões de gênero na reportagem e de que forma essas atribuições acabam desinformando o público sobre gênero e sexualidade.

4. A DESINFORMAÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO NO DOMINGO ESPETACULAR

Neste capítulo é fundamentada a metodologia de Análise do Discurso de linha francesa, utilizada como ferramenta para obtenção dos sentidos no discurso da reportagem audiovisual “Na Escócia, crianças podem escolher com qual sexo se identificam”, veiculada pelo programa Domingo Espetacular, da TV Record, em 22 de agosto de 2021. A análise das formações discursivas vem na sequência.

4.1 ANÁLISE DO DISCURSO

O discurso existe enquanto fenômeno semântico presente entre a língua e a fala. Para Orlandi (2010), a Análise do Discurso (AD) se propõe a entender a língua enquanto trabalho simbólico e compreender a forma com que o discurso está veiculado no mundo, gerando significados entre as pessoas e reproduzindo sentidos: “O discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos” (ORLANDI, 2010, p. 17). A AD tem o objetivo de identificar os sentidos produzidos em determinadas situações, revelando as repetições de ideias do texto analisado e apontando para possíveis motivações discursivas dos enunciadores.

Benetti (2007) define que a AD é particularmente produtiva para o mapeamento das vozes e identificação dos sentidos nos estudos sobre comunicação. Para a autora, a linguagem do jornalismo é impregnada por sentidos intersubjetivos, cujo conhecimento dos contextos histórico e social são imprescindíveis para a produção de uma análise correta. Isso se dá pois “o dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário” (BENETTI, 2007, p. 109).

Na presente pesquisa, o estudo dos sentidos busca identificar as camadas discursiva e ideológica do texto⁷ da reportagem analisada, entendendo que os

⁷ “Texto”, no contexto da Análise do Discurso, é qualquer elemento produtor de sentido. Pode ser uma palavra, uma frase, um som, uma imagem etc.

interesses dos enunciadores se dão em consonância com uma política conservadora baseada nos valores fundamentalistas evangélicos⁸. Benetti (2007, p. 112) explica que um sentido “sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra”. Dentro dessa definição metodológica, cada trecho analisado corresponde a uma Sequência Discursiva (SD), que representa uma ideia ou sentido explícito pelo enunciador.

Cabe ao analista identificar as configurações ideológicas presentes na estrutura do discurso, destacando as formações discursivas (FD) abordadas em cada contexto. Essas configurações ideológicas são inerentes às palavras e condicionam os sentidos exercidos por elas. Para Pêcheux (2014), as formações discursivas são definidas como “aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Já segundo Brandão (2004), as FDs são impregnadas de ideologia e isso indica que a produção dos enunciados sempre é dada a partir de determinadas concepções dos emissores. Esses, por sua vez, estão inscritos em um contexto ideológico que os leva a ocupar determinado lugar na sociedade e não outro. Seu discurso pode ser entendido como o resultado histórico-social de um sentido que é perpetuado na sociedade. Para Brandão (2004, p. 47), entender esses contextos e suas implicações é reconhecer que “a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas” e de que isso significa que os discursos estão impregnados por formações ideológicas.

Formação discursiva é o principal conceito da Análise de Discurso, visto que é a partir desta definição que o analista pode determinar as frequências de sentidos nos discursos e a relação destes com a ideologia do sujeito (ORLANDI, 2010).

⁸ Segundo Spadaro, “O termo ‘fundamentalismo evangélico’ que hoje pode ser comparado à ‘direita protestante evangélica’ ou ‘conservadorismo teológico’ tem suas origens entre os anos 1910 e 1915. Nessa época, Lyman Stewart, um milionário do sul da Califórnia, publicou 12 volumes intitulados Os fundamentos (The Fundamentals). O autor procurava responder à ‘ameaça’ das ideias modernistas da época resumindo o pensamento dos autores cujo apoio doutrinal apreciava. Desse modo, exemplificava a fé evangélica enquanto aspectos morais, sociais, coletivos e individuais.” (SPADARO, 2019, web).

Orlandi (1998) ressalta ainda que o analista deve ficar atento às paráfrases e às polissemias presentes no discurso. O conceito de paráfrase remete à reiteração de sentidos, àquilo que se repete nos textos - na análise da reportagem, elaborada a seguir, se destacam sentidos que reiteram o preconceito e a ignorância com a diversidade de gênero: “apesar da variedade da situação e dos locutores, há um retorno ao mesmo espaço dizível” (ORLANDI, 1998, p. 15). Já a polissemia, segundo a autora, se revela como uma diferença na produção de sentidos, ainda que haja as mesmas condições de produção imediatas para tal. É a elaboração de um novo sentido a partir das mesmas condições pré-existentes, causando “efeitos metafóricos, transferência de sentidos, ressignificação” (ORLANDI, 1998, p. 15).

A paráfrase e a polissemia são conceitos contraditórios, mas essenciais na produção dos sentidos. Sempre que um texto é enunciado, ele vai repetir uma ideia que já está dita no mundo (paráfrase), mas com uma nova conjunção (polissemia).

Nesse âmbito, é preciso perceber o método de AD como a “interpretação do pesquisador em busca da compreensão sobre o funcionamento de um tipo de discurso” (BENETTI, 2007, p. 120). A busca pelo entendimento dos sentidos (e por consequência da ideologia) transmitida nos textos ocasiona na percepção dos interesses e na revelação de pontos focais em que o discurso está sendo sustentado:

Uma vez atingido o processo discursivo que é o que faz o texto significar, o texto ou os textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem mesmo conhecemos – são parte. (ORLANDI, 2010, p.61)

A Análise do Discurso se posiciona como metodologia exímia para lançar à luz os sentidos elaborados pelos textos analisados nesta pesquisa. A seguir será apresentada a reportagem “Na Escócia, crianças podem escolher com qual sexo se identificam”, veiculada pelo Domingo Espetacular, da TV Record.

4.2 CORPUS DA PESQUISA

Para Benetti (2016), o corpus de uma pesquisa deve ser suficientemente representativo para abranger o funcionamento de um determinado tipo de discurso.

Nesta monografia, o objetivo é analisar como o discurso sobre as questões de gênero foi construído em uma grande reportagem audiovisual, meio de vasta circulação e repercussão a nível nacional.

Por entender que o conteúdo da reportagem é rico para análise e merece um aprofundamento qualitativo, optou-se realizar a análise do discurso de apenas uma reportagem. A matéria foi ao ar no dia 22 de agosto de 2021, veiculada na TV Record, no programa Domingo Espetacular. O programa semanal no formato de revista eletrônica, exibido desde 2004, apresenta reportagens especiais, entrevistas, matérias investigativas e pautas sobre os mais diferentes assuntos, com o objetivo de informar e entreter o telespectador (SAIBA MAIS, 2022). Tem o formato decalcado do Fantástico, o mais paradigmático programa do gênero no país, e sempre contou com jornalistas que já trabalharam na Rede Globo.

A reportagem está arquivada na página do Domingo Espetacular no Facebook com o título “Na Escócia, crianças podem escolher com qual sexo se identificam”; possui duração de 15 minutos e 14 segundos e trata sobre uma suposta ameaça da “ideologia de gênero” para as crianças e adolescentes brasileiros.

A matéria é introduzida pelos dois apresentadores do programa. Na sequência, durante os *offs* da repórter, é debatido o que é a “ideologia de gênero”, como isso está sendo tratado ao redor do mundo e quais as implicações para as crianças. Os *offs* servem também para costurar a narrativa às sonoras dos entrevistados. As imagens exibidas durante os *offs* são pobres, genéricas e de banco de imagem, sem ilustrar o que está sendo dito. Além disso, a reportagem possui uma trilha sonora de música tensa, que ajuda a construir um clima de urgência para o assunto que está sendo abordado. Ao todo, foram entrevistadas 7 pessoas. Uma psicóloga e um psiquiatra são as fontes “especialistas”, que explicam o que é a “ideologia de gênero” a que eles se referem e como isso, segundo eles, afeta a vida das crianças. As demais fontes são *cases*: pais e mães que falam sobre como veem as questões de gênero e como são contra isso ser abordado na escola. Também é entrevistado um ativista trans contrário às questões de gênero. Ele fala enfaticamente sobre como acha errado que isso seja apresentado para crianças e fala sobre sua experiência pessoal enquanto pessoa trans que fez uma transição de gênero. Durante a reportagem não há nenhuma fonte para fazer contraponto às

opiniões destacadas. Não há professores e nem estudiosos sobre gênero que poderiam trazer visões contrárias às que estão postas.

O assunto da reportagem é tratado como uma “polêmica” e, dado o contexto em que está inserido, reforça estereótipos e preconceitos sobre identidade e diversidade de gênero e pessoas trans. A matéria traz informações de países em que a diversidade de gênero já é trabalhada nas escolas (como o caso da Escócia, em que crianças que se identificam com um gênero diferente do que lhe foi atribuído ao nascimento podem escolher como preferem ser chamadas na escola; a Suécia, em que funcionários de uma creche não utilizam termos como “ele” e “ela” para se referir aos alunos; a Inglaterra, que tem um novo currículo para tratar sobre questões de gênero e da comunidade LGBTQIA+; e os Estados Unidos, que tiveram uma escola em que os estudantes precisaram responder a uma pesquisa sobre raça e gênero). A partir destes relatos, a narrativa traz entrevistados especialistas (creditados como psicólogos e psiquiatras) para discutir o assunto, reiterando em diversos momentos que a “ideologia de gênero” está tomando conta das escolas ao redor do mundo.

A análise começou com a reportagem sendo assistida atentamente, para que o discurso dos interlocutores (âncoras, repórter, entrevistados “personagens” e entrevistados “especialistas”) fosse percebido em relação ao problema de pesquisa. Com isso, foram identificados cinco principais sentidos que aparecem repetidamente ao longo da reportagem, constituindo as seguintes Formações Discursivas:

- FD1. Assunto tabu
- FD2. Teoria anticiência
- FD3. Escola abusiva
- FD4. Criança indefesa
- FD5. Nós contra Eles

Ao todo, foram identificadas 56 Sequências Discursivas, numeradas de SD1 a SD56. Além disso, 15 SDs apresentam mais de um sentido e, por isso, estão designadas em mais de uma formação discursiva, o que totaliza 71 incidências de sentido no discurso da reportagem. Para o entendimento de quais são os sentidos mais frequentes no discurso, foi realizado o cálculo que mostra a porcentagem de cada sentido no material analisado - considerando como 100% as 71 sequências

discursivas. No Quadro 1 é possível verificar a quantidade de SDs presente em cada FD, assim como a porcentagem das SDs nos discursos.

Quadro 1 - Formações Discursivas e Incidência de Sequências Discursivas

| Formação Discursiva (FD) | Quantidade de SDs | % de SDs |
|---------------------------------|--------------------------|-----------------|
| Assunto tabu | 23 | 32,4% |
| Teoria anticiência | 12 | 16,9% |
| Escola abusiva | 15 | 22,6% |
| Criança indefesa | 16 | 21,1% |
| Nós contra Eles | 5 | 7% |
| Total | 71 | 100% |

Fonte: elaborado pelo autor.

As SDs serão inseridas recuadas no texto, precedidas de hífen, em fonte no tamanho 10 e entrelinhamento simples. O núcleo da sequência discursiva, ou seja, o que é mais relevante para o contexto do sentido construído, estará em negrito. Entre parênteses, no início da SD, estará a identificação de quem é o locutor da fala. Nesse quesito, por se entender que a identidade das fontes utilizadas como personagens na reportagem não são relevantes para a análise do discurso emitido, esses indivíduos estarão citados apenas genericamente (pai 1, pai 2, ativista 1, mãe 1, mãe 2 e criança 1). Os especialistas entrevistados, assim como os apresentadores e a repórter, estarão creditados como tal. Por se tratar da análise de um programa de televisão, será mantida a transposição da fala oral, que possui mais espontaneidade e difere da construção linguística da fala escrita.

4.3 DESINFORMAÇÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Nos subcapítulos a seguir estão descritas as formações discursivas analisadas. Para cada uma, estão exemplificados os sentidos encontrados na reportagem que reafirmam a FD, além de apontado, quando for conveniente, o modo

com que a reportagem constrói o sentido de desinformação sobre a perspectiva de gênero abordada.

4.3.1 Assunto tabu

O termo “tabu” é utilizado para definir algo proibido e que deve ser evitado, pois ter contato com esse algo é mal visto na sociedade e culturalmente reprovado. De acordo com Bodart (2015), os tabus morais da sociedade são ligados diretamente à religião, servindo como uma proibição ou um alerta para que as pessoas ajam de acordo com os preceitos religiosos, temendo represálias de forças sobrenaturais. Já na definição de Araújo e Andrade (2012), o tabu estaria ligado ao conceito de estigma, que é algo que se constitui como uma ameaça ao bom funcionamento da sociedade. Para os autores, o conceito se aplica “às condutas e características que, de alguma forma, são consideradas desgraçadas e passíveis de reprovação” (ARAÚJO; ANDRADE, 2012, p. 59).

A reportagem analisada constrói o entendimento de que a possibilidade de existência humana se restringe à binariedade homem/mulher, e que não pode ser visto como natural qualquer expressão que contrarie essa norma. Nesse sentido, 23 sequências discursivas tratam as questões de gênero como um tabu: um assunto delicado, polêmico, que não deve ser discutido, pois questiona a ordem entendida como a natural da vida. A cabeça da matéria, o primeiro contato do público com o assunto da reportagem, reforça que o tema é controverso e que esse será o tom da reportagem:

- (SD1, apresentador 1) Agora eu peço licença pra **um tema polêmico**, que vem sendo discutido no mundo inteiro: **o ensino de ideologias de gênero** nas escolas pra crianças pequenas [...]

Os primeiros segundos do off de abertura também reforçam o sentido de polêmica. A jornalista começa a reportagem fazendo um alerta para o telespectador e, logo na sequência, a edição insere a sonora de uma das entrevistadas, categorizando que a homossexualidade seria esse “assunto polêmico”.

- (SD3, off repórter) Um **alerta para assunto polêmico**

- (SD4, mãe 1) “Isso acontece mãe, **menino namora menino e menina namora menina**”, então ela [a filha] veio com essa informação pra mim

As questões de gênero como tabu são destacadas novamente na sequência, nas falas da mãe 1 e do pai 1. Em um trecho da edição que coloca a fala dos dois em sequência, eles afirmam que o assunto não deveria ser tratado nas escolas, pois acham que esse tipo de conteúdo cabe somente ao domínio familiar. Com essas repetições, a reportagem reforça a construção de que ensinamentos sobre gênero e sexualidade são um assunto proibido, de cunho privado, não devendo ser mencionados em locais fora do âmbito particular.

- (SD13, mãe 1) A gente acha na verdade um **absurdo isso ser abordado dentro de sala de aula. Isso é um assunto que tem que ser tratado dentro de casa.**
- (SD14, pai 1) **Eu não concordo a escola em si ensinar isso. Cabe aos pais ensinar.**

Mais pra frente na reportagem, a fala de um psiquiatra destacado como especialista no assunto volta a enfatizar a ideia de que as questões de gênero são um assunto tabu e que não devem ser tratadas em espaços públicos:

- (SD45, psiquiatra 1) **Não é papel da escola abordar esse tema. É papel dos pais abordarem esse tema. Os pais é que precisam educar os seus filhos. A escola ela é um anexo.**

Outra entrevistada, aqui chamada de mãe 2, vive na Inglaterra, onde um novo currículo escolar passou a incluir questões de gênero e sexualidade. Ela conta ter tirado seus filhos da escola para dar aulas em casa, e explica que o motivo para isso é evitar que eles tenham contato com o que ela chama de “ideologia de gênero”, destacando que, em sua opinião, esse assunto é “delicado” para crianças.

- (SD21, mãe 2) Tem tempo pra tudo, tem hora pra tudo. Até tem filmes que tá lá [na capa do filme] maior de 18. Então **como é que na escola estão a tratar de temas tão delicados** com crianças de 4 anos, 5 anos?

A fala dela também contribui para gerar desinformação sobre gênero e sexualidade, reforçando o estigma de que “pessoas que discutem essas questões têm o objetivo de desvirtuar os jovens para corromper a sociedade”. Derakhshan e Wardle (2018) dizem que utilizar informações descontextualizadas para corroborar

com a narrativa que está sendo contada cria conteúdos enganosos, e ao não especificar quais filmes adultos a escola supostamente estaria passando para crianças pequenas, a mãe 2 dá a entender que os ensinamentos de “ideologia de gênero” estariam mostrando cenas de sexo explícito para seus filhos (filmes pornográficos são popularmente chamados de “pra maior de 18”).

Em outro momento da reportagem em que o tabu é destacado, a repórter narra o caso de uma menina que afirma ter recebido “ensinamentos de ideologia de gênero” na escola. Em um vídeo que circulou pelas redes sociais, a criança aparece citando quais ensinamentos recebeu. O contexto da reportagem insere essa informação como algo reprovável, com a qual a criança não deveria ter tido contato:

- (SD42, criança 1) Que **menino usa saia, vestido, brinco e pinta a unha.**

Usar saia, vestido, brinco e pintar a unha são ações atribuídas histórica e socialmente como exclusivas das mulheres. Para quem está inserido no contexto da sociedade heteronormativa, em que pode ser estranho imaginar um menino fazer “coisas de menina”, a fala da criança soa como a transgressão de uma regra ou um afronte ao natural. O pai da menina enfatiza que esse assunto não deveria ser tratado nas escolas.

- (SD43, pai 1) **É um excesso.** Eu acho que **na escola você deve aprender as matérias normais.** Matemática, português, começar a aprender a ler, a falar as palavrinhas, desenhar, colorir. Aprender isso, **não aprender esse tipo de ensinamento,** ainda mais pra uma criança de 4 anos [...]

Bodart (2015) diz que tabu é algo proibido, do qual é preciso se manter distante. Ao dizer que na escola é preciso aprender matérias normais, e não “esse tipo” de ensinamento, o pai 1 não define ao que se refere, negando se aproximar do tema das questões de gênero. Em outro momento, ele reforça a ideia de que ensinamentos relacionados ao gênero não deveriam ser discutidos em sua família.

- (SD44, pai 1) **Eu achei muito forte pra ela, não é adequado. Eu acho que cada família decide o momento e se deve ou não ensinar.**

O sentido do assunto como um tabu é ainda repetido outras vezes durante a reportagem, como na fala de uma psicóloga - e novamente com o peso de um

especialista. Ela garante que os jovens não têm maturidade para falar sobre gênero, então o assunto precisaria ser evitado.

- (SD28, psicóloga 1) **As crianças elas têm que ser protegidas. Não é o momento de se falar sobre isso [questões de gênero], ela não tem a maturidade emocional para lidar com esse tema que é tão complexo.**

Questões de gênero, no entanto, abrangem muitos aspectos relacionados ao comportamento humano, inclusive relacionados à infância. A separação de cores, brincadeiras e brinquedos entre “de menina” e “de menino” servem como exemplo para isso. Quando a psicóloga diz que crianças não têm maturidade emocional para lidar com esse tema, ela ignora toda a sociabilidade a que a criança já foi submetida desde o nascimento. Não parece a fala de uma psicóloga, mas de uma apoiadora da ideologia de gênero. Conforme destaca Louro (2008, p. 21) “a construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas”, o que engloba, na infância, os assuntos aos quais os jovens são expostos. Ensinos sobre diversidade poderiam e deveriam ser ofertados durante os primeiros anos de vida das crianças, pois isso auxilia na formação de cidadãos mais abertos ao diferente desde cedo, que respeitam as outras pessoas com as suas diferenças e têm referências para construir a sua própria individualidade (IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE, 2021).

É preciso reforçar que os assuntos de gênero e sexualidade também são tratados como tabu várias vezes no discurso da repórter.

- (SD51, off repórter) Conforme os especialistas afirmam, **questões delicadas como a ideologia de gênero** veiculadas de maneira leviana podem prejudicar a formação do jovem e gerar, portanto, conflitos psicossociais e de personalidade.
- (SD32, off repórter) Scott [um dos personagens entrevistados] tem certeza: **abordar ideologia de gênero e transição de gênero nas escolas tá errado.**

Scott é um ativista trans contrário às questões de gênero. Ele é enfático em sua opinião, e ao aceitá-la e reproduzi-la sem abrir espaço para o contraditório, assim como fez ao citar a opinião de “especialistas” sem nomear quem são, a repórter corrobora para a consolidação do tema como um assunto proibido. É preciso lembrar que apesar de dar voz à reportagem, a jornalista representa o

Domingo Espetacular e a Record TV. E é no jornalismo em que ela se apoia para construir a credibilidade junto ao público - mesmo que no fundo esteja desinformando.

4.3.2 Teoria anticiência

Esta formação discursiva reúne os sentidos construídos sobre gênero e sexualidade como assuntos sem embasamento, errados, questionáveis ou, como nomeado na FD, anticiência. Há 12 sequências discursivas que, implícita ou explicitamente, distorcem, escondem ou manipulam informações ao tratar o assunto como “ideologia de gênero”, um termo pejorativo utilizado por grupos conservadores para generalizar e deslegitimar as questões de gênero (GARRAIO; TOLDY, 2020).

Os primeiros exemplos dessa construção são feitos pelos *offs* da repórter, logo no primeiro minuto da matéria:

- (SD6, off repórter) A gente tá falando da **ideologia de gênero**, e como o próprio nome diz, ela caracteriza **uma ideia que algumas pessoas têm de que ninguém nasce homem ou mulher. Ou seja, o gênero masculino e feminino seriam uma construção social.**

Embora a informação de que o gênero como uma construção social seja pertinente no contexto da teoria *queer* - essa ideia é compartilhada por pesquisadoras da área como Louro (2008), Butler (2003) e Scott (1995) -, a jornalista desqualifica a afirmação ao dizer que essa é uma ideia que “algumas pessoas têm”, pois deixa implícito que é uma opinião pessoal, de pessoas, e não entidades e organizações qualificadas. A palavra “algumas”, em específico, serve como forma de minimizar e desvalorizar a importância do tema.

A repórter explicitamente desmerece as questões de gênero, ao dizer que essas discussões não são ciência:

- (SD7, off repórter) **A ideologia de gênero faz parte do universo das ideias. Não se trata de ciência.** Como o nome diz, é uma questão ideológica.

Cabe ressaltar que essa definição cartesiana e positivista sobre ciência está equivocada: desconsidera toda a pesquisa que envolve as questões de gênero, conforme apresentado no capítulo 3. Ao categorizar a teoria como pertencente ao

“universo das ideias”, a jornalista reforça a tese de que a realidade, na sua concepção, está relacionada ao entendimento de gênero como uma concepção estritamente biológica, o que não é necessariamente uma verdade (Butler, 2000). Nem mesmo para a neurociência. A neurocientista Gina Rippon prova em pesquisa que o cérebro da mulher e do homem não tem diferença do ponto de vista biológico: é a sociedade que estipula os estereótipos de como cada um deve ser antes mesmo do nascimento.

[...] não há base biológica em estereótipos como “mulheres são melhores para lidar com crianças”, ou “meninos gostam mais de matemática do que meninas”. É ir contra o pensamento de que a igualdade de gênero nunca será atingida porque há uma “diferença natural e biologicamente determinada” que deveria ser intocada e inquestionável. Eu não me tornei cientista porque tenho “o cérebro de um cientista”; foi por ver as consequências públicas dessa crença fixa de algo que não era verdade (RIPPON, 2021, *web*).

Na sequência, a fala de um psiquiatra trata as questões de gênero novamente como uma ideologia, com uma valoração ruim. Na visão do especialista, questões de gênero são apenas uma ideia que precisa ser filtrada para não corromper a mente.

- (SD8, psiquiatra 1) **A ideologia de gênero vem sendo colocada para a sociedade como uma ideia nova, ok. Mas ideias, pensamentos, nós precisamos aprender a filtrá-los. Caso contrário, viver de vontades, viver de ideias pode se tornar um caos pra nossa vida**, tanto familiar, profissional, pessoal e social.

Outra fala da repórter, mais pra frente na matéria, está repleta de sentidos que desvalorizam as questões de gênero, distorcendo a informação:

- (SD29, off repórter) **A transição de gênero agora tá sendo incentivada porque grupos como a Organização Mundial da Saúde decidiram parar de tratá-la como um transtorno emocional**, que era chamado de disforia de gênero.

É destacada a construção desinformativa de que a transição de gênero “está sendo incentivada” pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o que não é verdade, visto que em 2018 a OMS apenas retirou a transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais (GOV.BR, 2018). Ao dizer que a transição de gênero está sendo incentivada, a reportagem age de forma mentirosa e manipuladora, ignorando que não é possível incentivar uma pessoa a se sentir trans, já que esse é

um aspecto da identidade de gênero (ou seja, algo intrínseco à existência individual). O número cada vez maior de pessoas identificadas como trans pode ser explicado porque, ao não serem mais tratadas como doentes, essas pessoas se sentem mais à vontade para falar abertamente sobre sua identidade de gênero. Outros aspectos relevantes da sequência discursiva são o uso da expressão “grupos como” para se referir à OMS, reduzindo a importância da Organização, a mais importante agência internacional responsável por definir normas sanitárias e orientações técnicas sobre saúde; e o uso do verbo “decidir”, que tira o embasamento teórico para tomada de decisão, como se fosse algo voluntarioso e não existissem evidências científicas para deixar de tratar a transexualidade como doença. Nesse contexto, é importante levar em consideração que, por conta da pandemia de Covid-19 e da forte contrariedade do governo Bolsonaro às medidas de controle do vírus sugeridas pela OMS (BOLSONARO CRITICA, 2020), a Organização ganhou destaque negativo junto aos conservadores e grupos ligados ao presidente - o que inclui a TV Record (STYCER, 2022). Em uma lógica de desinformação que distorce e descontextualiza os fatos, a reportagem analisada cita a OMS como se isso tirasse a credibilidade das informações, como se a Organização Mundial da Saúde não fosse uma fonte confiável. Ao dizer “grupos como”, a repórter também não deixa explícito sobre quem está falando, deixando a cargo do espectador entender quais outras instituições veriam as questões de gênero como algo discutível.

Outra sequência que reforça a ideia das questões de gênero como algo questionável e anticiência é a participação de um ativista trans contrário às pautas de gênero. Duas SDs constroem o sentido de que a transição de gênero (período de readequação de gênero, que pode incluir cirurgia de redesignação sexual e ingestão de hormônios) é algo perigoso, que afeta negativamente a vida de quem ousar a realizar. Utilizando apenas a experiência do entrevistado, a reportagem desinforma sobre esse ato importante para algumas pessoas trans (CETRONE, 2021), deixando interdito que todas as pessoas que tenham que passar pelo processo de transição sofrerão dos mesmos problemas ou problemas parecidos.

- (SD35, off repórter) Ele [ativista] conta que **fez a transição de gênero, mas nunca foi avisado das consequências** que isso teria.
- (SD36, ativista 1) **Eu fiz a transição médica, eu fiz 7 cirurgias, eu tive uma embolia pulmonar. Minha vida foi interrompida. Eu**

tenho danos nos pulmões e no coração. Eu tenho uma doença cardíaca que é causada por todas as coisas que eles não estão contando às crianças. Como uma criança vai decifrar isso?

Mais adiante na reportagem, outro *off* e sonora introduzem informações fora de contexto sobre casos de tentativa de suicídio em jovens trans.

- (SD37, off repórter) **Um dos estudos mais amplos sobre o tema**, conduzido pela associação americana de psiquiatria, **concluiu que 41% dos adolescentes transgêneros já tentaram o suicídio.**
- (SD38, psiquiatra 1) **Os jovens não estão preparados, com certeza. Isso cria um transtorno muito grande pra criança e pro adolescente.** Cria ansiedade, cria um quadro de medo exagerado, de pânico. Quadros de depressão, de isolamento social.

Apesar da informação vir de uma fonte científica credível, o discurso gera desinformação ao deixar de dizer qual é o contexto dos casos reportados, as variáveis envolvidas e o ano da pesquisa. Logo em seguida, a fala do psiquiatra, especialista da mesma área da pesquisa citada, diz que os jovens “não estão preparados”. A edição do programa dá a entender, nesse contexto, que os jovens trans tentariam suicídio por não estarem preparados para vivenciar essa experiência de descoberta da sua identidade, o que é uma inverdade. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), pessoas trans não se suicidam apenas por serem trans, mas por sofrerem com discriminação e insegurança em seu contexto social (BENEVIDES, 2018).

Rippon (2021) classifica como “neurolixo” pesquisas feitas ou discutidas por pessoas que não são especialistas, ou que não tem qualificação para discutir o assunto – e o jornalismo está incluindo nesse contexto quando dá visibilidade a esses relatos ou distorce informações. A neurocientista enumera fatores técnicos que podem ajudar a identificar pesquisas de má qualidade, e um dos indicadores é se a ênfase está apenas nas diferenças, ou se também discutem as semelhanças entre cérebros de homens e mulheres. As “neurolixo”

[...] se propõem a explicar problemas comportamentais em relacionamentos ou no trabalho pautando-se pela diferença entre gêneros. Muitos interpretam mal o resultado de estudos ou se baseiam em pesquisas de má qualidade para justificar comportamentos, ignorando completamente o fato de que temos mais provas de que o cérebro de homens e mulheres são mais similares do que diferentes. (RIPPON, 2021, *web*).

4.3.3 Escola abusiva

Ao longo da reportagem, 15 sequências discursivas apresentam o sentido de aversão sobre o papel da escola no ensinamento sobre gênero e sexualidade. Esta formação discursiva reúne, principalmente, falas de pais avaliando que, na opinião deles, a escola estaria doutrinando as crianças e adolescentes sobre esses temas.

A concepção da escola como um local de difusão de preceitos contrários aos da agenda conservadora e tradicional é antiga. Desde 2004, com a criação do Escola Sem Partido pelo então procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, é divulgada a ideia falsa de que “professores são comunistas pregando suas teses para as crianças”. Em 2014, os irmãos Carlos e Flávio Bolsonaro fizeram proposições de projetos de lei visando implementar o programa Escola Sem Partido no município e no estado do Rio de Janeiro, e esse tema vem crescendo desde então (MATUOKA, 2018). A eleição de Jair Bolsonaro em 2018, pai de Carlos e Flávio, acirrou ainda mais as discussões sobre a suposta doutrinação em sala de aula. Betim (2019) conta que desde a posse do presidente Bolsonaro houve um aumento de casos de pais e alunos perseguindo e intimidando professores, o que implicou em um maior esgotamento mental por parte dos docentes.

No contexto da reportagem analisada, essa perseguição sobre o trabalho dos professores se traduz em discursos que percebem a escola como um lugar de doutrinação, de corrupção da mentalidade infantil e extinção de valores tradicionais⁹. Ainda na cabeça da reportagem, a apresentadora questiona a escola como o local ideal para tratar de temas de gênero, indicando que a matéria abordará esse assunto através de indagações:

- (SD3, apresentadora 2) **E a escola, será esse o lugar ideal para apresentar o assunto [as questões de gênero]?**

No exemplo a seguir, uma mãe entrevistada questiona o papel que o professor exerceria no ensino de conteúdos sobre temática de gênero. Na visão

⁹ Valores tradicionais defendem uma família com pai provedor, mãe dona de casa, filhos biológicos e uma forte fé cristã: tudo que contrarie essa norma seriam valores não tradicionais. Nietzsche (2005) definia os valores tradicionais como “eternos”, ancorados na moral cristã, que tem como prática privilegiar o espírito e renunciar ao prazer – o que levaria a um ressentimento. O filósofo propunha que se deixasse isso de lado em nome do prazer de viver.

dela, ensinar sobre esses assuntos na escola acarretaria em uma doutrinação por parte do professor. Novamente ao não construir um contraponto para a opinião, a matéria afirma a fala da mãe como válida e verdadeira, chancelando a desinformação como se fosse verdadeira – assim como vai acontecer em vários outros momentos.

- (SD11, mãe 1) E como isso [as questões de gênero] vai ser levado? **Vai ter uma verdade ali do professor?** Vai ser algo que ele acredita ou que ele não acredita? **Será que ele não vai trazer a ideologia dele pra essa ideologia de gênero, verdades que ele tem?**

A mãe 1 também postula que tratar sobre esses assuntos na escola faria mal ao desenvolvimento das filhas, e por isso o tema não deveria ser abordado nesse local. Na SD a seguir, a repórter introduz o pensamento da mãe 1 de forma indireta, sem questionar ou contextualizar a posição defendida.

- (SD9, off repórter) Pra Flávia, mãe de duas meninas, **levar esse tema para crianças na escola pode queimar etapas do crescimento.**

Em outro momento do programa, a repórter apresenta um casal de pais que mora na Inglaterra, onde um novo currículo escolar passou a incluir questões de gênero e sexualidade. A jornalista conta que os pais são contra a doutrinação nas escolas, e por isso tiraram os filhos das aulas regulares:

- (SD20, off repórter) Eles [os pais] **não concordam com os valores que pregam a ideologia de gênero nas escolas britânicas** e, até por isso, decidiram dar aulas aos filhos em casa.

O uso da palavra “pregam”, nesse contexto, reforça a ideia de que o assunto estaria, de alguma forma, sendo imposto pelas instituições de ensino. Essa construção de imposição desinforma a audiência, na medida em que causa o entendimento de que as escolas ensinam conteúdos que contrariam os valores dos pais, desvirtuando as crianças. Entretanto, a reportagem constrói essa argumentação apenas com relatos de pessoas contrárias aos temas de gênero, garantindo um consenso sobre o tema e dando mais credibilidade à posição conservadora.

Reforçando a ideia de que a escola não deve ser um local de ensinamento sobre diversidade, o pai 1 diz considerar o ensino de questões de gênero para

jovens um excesso. Ele cita que os conteúdos “normais” (matérias do currículo básico) é que são os adequados para a sala de aula, desconsiderando a importância de tratar sobre assuntos como gênero e sexualidade. Essa visão conservadora pode ser explicada com base nos preceitos da Escola Sem Partido (MIGUEL, 2016): apesar de defender uma “liberdade de ensino”, é explicitamente contra as discussões de gênero por professores, já que eles influenciariam crianças e adolescentes a aceitarem as informações sem questionar.

- (SD43, pai 1) **É um excesso.** Eu acho que **na escola você deve aprender as matérias normais.** Matemática, português, começar a aprender a ler, a falar as palavrinhas, desenhar, colorir. Aprender isso, **não aprender esse tipo de ensinamento,** ainda mais pra uma criança de 4 anos [...]

A repórter, no fim da matéria, tenta estabelecer uma ideia de causa e consequência sobre a implementação de questões de gênero nas escolas com o mau desempenho da educação brasileira:

- (SD49, off repórter) [...] **Nosso país não consegue sequer registrar avanços significativos no desempenho dos estudantes no mais importante ranking mundial de educação,** o programa internacional de avaliação de estudantes, PISA, na sigla em inglês. **Por isso a escola precisa se preocupar com isso.**

Apesar de não fazer uma associação direta sobre o desempenho do Brasil no PISA com as supostas doutrinações nas escolas, após 15 minutos de reportagem a ideia de que a educação no país só tem a perder com a efetivação de pautas sobre diversidade já está consolidada. Nesse sentido, o discurso reforça a ideia de que os professores que inserirem o tema em suas aulas estarão desvirtuando os jovens e, além disso, piorando o nível do ensino no país.

O que acontece é que essa falsa relação não se mostra verdadeira se analisado o ranking do PISA levando em conta os demais países citados durante a matéria, que diferentemente do Brasil, de fato começaram a abordar questões de gênero em seus currículos básicos. A Escócia e a Inglaterra são avaliadas em conjunto, como Reino Unido, e estão em 13º lugar no ranking. A Suécia se encontra na 17ª posição e os Estados Unidos na 25ª (SCHLEICHER, 2018).

4.3.4 Criança indefesa

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) definir que os pais podem transmitir suas crenças familiares e culturais aos filhos, é prerrogativa do Estado garantir que as crianças e adolescentes tenham acesso à educação que garanta seu desenvolvimento integral (BRASIL, 1990), o que inclui o contato com os mais diversos tipos de pensamento e concepções de mundo. Entretanto, como discorre Leite (2019), os conservadores e defensores dos ideais tradicionais garantem que os jovens só estarão seguros se sua educação for mantida a distância de ensinamentos da perspectiva de gênero. No ponto de vista da autora, a infância e a adolescência, na verdade, seriam pontos estratégicos para garantir a moralidade da sociedade, evitando que a política sexual brasileira (os costumes e tradições entendidas como “normais”) sejam transformadas. Se não houver contato com uma educação diversa, a moralidade corrente dificilmente será questionada.

A partir dessa compreensão, esta formação discursiva agrupa 16 SDs que discorrem sobre a criança como um ser que não pode ser exposto ao contraditório, pois é frágil e deve ser protegido. O sentido principal, construído na reportagem, é a de que os jovens ficariam confusos sobre si mesmos se fossem expostos às questões de gênero e sexualidade e, para evitar que eles passem por isso, a sociedade deve evitar essa exposição. No entanto, o viés moralista da matéria desperta o sentido, em uma segunda camada de interpretação, de que pautas ligadas à diversidade poderiam influenciar os jovens a se descobrirem gays, lésbicas, bissexuais ou trans e, em último caso, esse entendimento destruiria a sociedade heteronormativa. Dessa forma, a reportagem esconde uma presumível apreensão com o aumento da população LGBTQIA+ atrás de uma preocupação com a inocência infantil, como se o contato com a diversidade fosse macular a integridade moral das crianças e adolescentes.

Um dos discursos que replica essa ideia é construído através do sentido de que as crianças precisam “aproveitar a vida de criança”. Na edição da matéria, a fala da mãe 1 é inserida no contexto de que ter contato com questões de gênero queimaria etapas do desenvolvimento, e por isso precisaria ser evitado:

- (SD9, off repórter) Pra Flávia, mãe de duas meninas, **levar esse tema para crianças na escola pode queimar etapas do crescimento.**
- (SD10, mãe 1) Será que a gente tem permitido que **elas** [crianças] **vivam a infância como crianças**, dentro da sua realidade de crianças, dentro das suas brincadeiras, das suas fantasias de crianças?

Outra construção que estabelece a ideia do jovem como indefeso é o reforço de que eles precisam ser protegidos. Esse sentido é repetido por diferentes locutores, sempre destacando que a proteção é importante para garantir o bem estar da criança, mesmo que isso signifique privá-la de atividades positivas, como o contato com o diferente ou a descoberta da própria identidade e sexualidade. A SD a seguir demonstra esse sentido de proteção, destacado pela mãe 2 quando ela diz que a escola estaria expondo seus filhos a conteúdos inadequados.

- (SD22, mãe 2) Tem tempo pra tudo, tem hora pra tudo. Até tem filmes que tá lá [na capa do filme] maior de 18. Então como é que na escola estão a tratar de temas tão delicados com crianças de 4 anos, 5 anos? É um bocado contraditório, né? **Como é que querem proteger aqui as crianças mas ao mesmo tempo nas escolas expõem elas a esse tipo de informação.** É muito complicado.

A psicóloga entrevistada garante que a infância não é o momento para que temas como os de gênero e sexualidade sejam abordados. Com a premissa de que as crianças devem ser protegidas, ela infere que a exposição indevida à conteúdos de diversidade afetaria a saúde psíquica e social desses jovens, mas em momento algum a reportagem cita que tipos de problema seriam esses, deixando que o público apenas imagine as possibilidades.

- (SD28, psicóloga 1) **As crianças elas têm que ser protegidas, não é o momento de se falar sobre isso. Ela não tem a maturidade emocional para lidar com esse tema que é tão complexo. Vai ter o momento para se falar, vai ter a demanda certa para poder falar sobre o assunto. Mas quando ela é exposta de maneira indevida a este conteúdo, vai trazer sérios problemas que vão afetar não só a sua infância mas também toda sua vida adulta.**

Como o telespectador não tem acesso à informação completa, pode apenas supor quais seriam os problemas que afetam a vida adulta de quem foi exposto à questões de gênero. Essa construção, que não contextualiza o que está sendo dito, pode ser definida como desinformativa (DERAKHSHAN; WARDLE, 2018).

Durante a reportagem, também é construído o sentido de “confusão” sobre o discernimento da criança a respeito de temas como gênero e sexualidade. O pai 1, se referindo a beijos entre pessoas do mesmo gênero, diz que esse assunto, se for trabalhado na escola, confunde os jovens:

- (SD4, pai 1) **É muito agressivo** a escola ensinar dessa forma, **confunde muito a criança**.

A questão também aparece em trecho de narração da repórter. A falta de exatidão ao dizer que “várias pesquisas” certificam o dado que ela está trazendo, e não citar nenhuma, assim como dizer que houve “um aumento” de crianças confusas sem citar o número específico, diminui a credibilidade da informação. É uma manipulação para validar um determinado ponto de vista.

- (SD31, off repórter) Várias pesquisas mostram que **a implementação da ideologia de gênero nas escolas causa um aumento no registro de casos de crianças dizendo-se confusas sobre a sua identidade masculina ou feminina**.

Todos os especialistas entrevistados na reportagem trazem o tema do conflito para a criança, apontando que o assunto seria muito complexo para ser absorvido. As próximas sequências discursivas salientam o sentido de que a criança, ao ser exposta às questões de gênero e sexualidade, sofreria mentalmente com crises de ansiedade e transtornos psicossociais.

- (SD17, psicóloga 1) **Isso** [o contato com questões de gênero] **sim vai trazer um conflito pra essa criança** porque ela não tem maturidade emocional pra lidar com esse tema tão complexo tanto pra vida dos adultos, quanto mais pra uma criança.
- (SD38, psiquiatra 1) **Os jovens não estão preparados** [para tratar questões de gênero], **com certeza. Isso cria um transtorno muito grande pra criança e pro adolescente. Cria ansiedade, cria um quadro de medo exagerado, de pânico. Quadros de depressão, de isolamento social**.
- (SD40, psicóloga 1) **Gera confusão, gera conflito. Gera confusão principalmente porque ela também está na fase de descoberta da sua própria identidade. Então isso já é muito complexo pra criança**. Muitas vezes ela tá saindo da sua infância pra adolescência, da adolescência pra fase adulta. Isso já é complexo pra inserir outro tema tão complexo pra essa criança. Esse tema, muitas vezes ele traz dificuldade até mesmo pra um adulto assimilar, quanto mais pra uma criança.

Esse discurso desinformativo, de que a criança sofreria ao ser exposta ao tema, auxilia na disseminação de preconceitos e estigmas sobre as questões de gênero. Ao descontextualizar, manipular o discurso e omitir informações, a reportagem cria um pânico moral no público, fazendo-o crer que seus filhos vão ser “degenerados” caso tenham contato com o assunto.

Scott, o ativista que fez a transição de gênero, mas é enfaticamente contrário a essas questões, apela para a inocência dos filhos. Segundo ele, as crianças são ingênuas demais para perceber a maldade existente nas pautas de gênero, em especial às pautas trans. O uso de uma pergunta no final da sonora em que ele aparece abre espaço para o público se questionar sobre seus deveres enquanto protetor dos jovens.

- (SD36, ativista 1) Eu fiz a transição médica, **eu fiz 7 cirurgias, eu tive uma embolia pulmonar. Minha vida foi interrompida. Eu tenho danos nos pulmões e no coração. Eu tenho uma doença cardíaca que é causada por todas as coisas que eles não estão contando às crianças. Como uma criança vai decifrar isso?**

A repórter cita uma entidade médica que afirma que as perspectivas de gênero são um problema para os jovens, mas não explica o motivo disso ser um problema, apenas induzindo, através da edição da matéria e da fala da psicóloga 1 (descrito na SD40, acima) que a causa é a confusão gerada para a mente das crianças e adolescentes.

- (SD39, off repórter) **O The American College of Pediatricians, entidade Americana que reúne pediatras e outros profissionais de saúde, declarou que a ideologia de gênero é nociva às crianças e até fez um pedido aos legisladores e educadores dos Estados Unidos, pra que rejeitassem as políticas que doutrinam as crianças na aceitação desses conceitos.**

Um dos últimos trechos da reportagem é uma conclusão da repórter, apontando que as questões de gênero podem prejudicar a formação do jovem e causar conflitos de personalidade:

- (SD51, off repórter) Conforme os especialistas afirmam, **questões delicadas como a ideologia de gênero veiculadas de maneira leviana podem prejudicar a formação do jovem e gerar, portanto, conflitos psicossociais e de personalidade. Por isso, essa importância da família se manter presente ali, na vida dos pequenos.**

Novamente, a ausência de exatidão nas informações e omissão de contextos pode ser definida como um processo desinformativo para a audiência, visto que essas construções criam entendimentos equivocados e manipulados a respeito das pautas de gênero e sexualidade.

4.3.5 Nós contra eles

Como uma fundamentação básica inerente à política e à religião, o conceito de “nós contra eles” também surge em contextos de guerra, em que há explicitamente inimigos definidos. Numa redução estrita, incorporando idealizações religiosas, o termo frequentemente é traduzido como o “bem versus o mal”, entendendo que os valores defendidos por “nós” são mais justos ou superiores que os “deles” (FONTANA, 2021; GOMES, 2018). Além disso, a importância na delimitação de grupos bem definidos em contextos de embate de ideias se dá “para reforçar os vínculos internos do grupo de referência e para demarcar as suas diferenças com o adversário, ‘o outro’” (GOMES, 2018, *web*). A partir desse ponto de vista, 5 trechos de discurso durante a reportagem constroem a ideia de que existem dois lados possíveis na discussão sobre as questões de gênero: um a favor, que na opinião do programa vai impor os conceitos para as crianças e desvirtuá-las, e outro completamente contrário, que defende os valores tradicionais da sociedade e vai protegê-las.

Logo no começo da matéria, a repórter sinaliza que existe esse embate de ideias e, da forma com que a matéria é construída, pelo apelo à possibilidade de implementação dessas pautas no cotidiano das famílias, a reportagem sugere que se escolha o lado contrário à agenda progressista. Além disso, é relevante salientar a entonação com que a jornalista destaca a palavra “tudo” do restante da frase - sublinhada na SD -, sinalizando que o lado defendido pela reportagem (contrário às questões de gênero) está trabalhando de forma efetiva para impedir o avanço das discussões de gênero.

- (SD5, off repórter) Nos últimos anos, o tema [as questões de gênero] ganhou destaque, porque enquanto **alguns políticos lutam para implementá-lo** nas escolas e no cotidiano das famílias, **outros fazem de tudo para impedir** que pautas do tipo avancem.

O discurso de embate é reforçado na fala do pai 2 quando vê a escola como “eles”, um mal opressor.

- (SD 24, pai 2) A pessoa [falando de si próprio] é obrigada a colaborar com eles [a escola]. **Se a pessoa for contra, bater de frente com eles**, contra o sistema, é visto como um monstro.

O discurso do pai, ao dizer que é contra o sistema, um monstro quando busca o melhor para os filhos, reafirma o pertencimento a um grupo contrário às questões de gênero. Esse sentimento reforça em quem assiste e compartilha dessa visão um efeito de manada (GOMES, 2018), inferindo que a opinião “correta” (impedir o avanço das discussões sobre gênero nas escolas), deve ser protegida a qualquer custo. Dessa forma, esses grupos “produzem seus sistemas de crenças e certezas, e de estereótipos e preconceitos” (FONTANA, 2021, *web*) e com base nisso definem suas ações e comportamentos.

Essa formação de um grupo “contra” e outro “a favor” da pauta de gênero também é reforçada pelo pai 1:

- (SD48, pai 1) **E se a gente não concorda, não é que a gente desrespeita. A gente tem um outro tipo de ensinamento.** Cada um tem seu tipo de ensinamento no crescimento, na sua família, mas a gente respeita sim.

A frase “A gente tem outro tipo de ensinamento” cria um sentimento de identificação em quem assiste e também foi educado em um contexto tradicional, em que questões de gênero não eram debatidas na sociedade com a mesma liberdade que são hoje. Ao compartilhar dessa posição, é mais provável que o público se alinhe às convicções apresentadas pela reportagem, reforçando a ideia de “nós e eles”.

O pai 1, que vivenciou uma situação de embate a respeito das questões de gênero, constrói a argumentação de que o “outro” grupo (que é progressista e apoia a diversidade) é violento e intolerante. A fala dele gira em torno de um vídeo publicado nas redes em que a filha diz que a escola ensinou que meninos e meninas podem usar as mesmas roupas e maquiagens. Na sonora, o pai 1 diz que recebeu xingamentos de pessoas contrárias à sua opinião depois que o vídeo da filha viralizou na internet.

- (SD46, pai 1) **Teve muitas pessoas que foram a favor [ao vídeo] e apoiaram, tudo. Mas as pessoas que foram contra começaram a perseguir a gente**, a falar palavras de baixo calão e chegou ao ponto de ameaçarem a gente de morte em rede social.

O fato da informação ser generalizante, entretanto, gera desinformação. Quem acompanhou a matéria só teve acesso a quem se julga perseguido pelas “pessoas contra” (que são favoráveis à diversidade), sem nenhuma oposição a esse discurso. Como já foi explicado anteriormente, a desinformação ocorre quando há falta de contextualização e o discurso favorece uma opinião específica em detrimento de outra. Nesse caso, a opinião reforçada é de que qualquer pessoa favorável às pautas de gênero impõe sua visão de maneira intolerante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender como a reportagem “Na Escócia, crianças podem escolher com qual sexo se identificam”, do Domingo Espetacular, da TV Record, propaga desinformação sobre questões de gênero. Por meio da análise do discurso dos apresentadores, repórter e entrevistados, foi possível identificar os principais sentidos construídos sobre os temas de gênero e sexualidade e entender que a desinformação é transmitida através da descontextualização, ocultamento e distorção das informações. Cabe destacar que a pesquisa analisou uma reportagem produzida por uma emissora cujo dono é Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, que usa parte da grade de programação para transmitir conteúdos religiosos. Por esses motivos, é possível entender que o discurso reproduzido na matéria, assim como o de outros programas da TV Record, está associado aos valores conservadores e evangélicos.

A pesquisa iniciou com a contextualização da importância da televisão para a democratização das informações na sociedade, considerando a capacidade dessa mídia de influenciar o público através da credibilidade do discurso jornalístico. No capítulo seguinte, foram discutidas as questões de gênero e a politização dessa temática, contextualizando principalmente “ideologia de gênero”, termo pejorativo usado para deslegitimar e manipular o discurso sobre essa temática, distorcendo as informações apresentadas. Na sequência, foi apresentada a metodologia utilizada na análise, o corpus da pesquisa e os demais procedimentos metodológicos.

O conteúdo analisado foi compreendido em cinco diferentes construções de sentido: 1) as questões de gênero foram tratadas como um assunto tabu e 2) teoria anticiência; 3) a escola foi entendida como um lugar abusivo; 4) as crianças foram percebidas como seres indefesos e a 5) crença na ideologia de gênero gerou a dicotomia “nós” e “eles” - quem repudia ou defende a pauta.

A perspectiva de gênero como um tabu foi o sentido principal identificado no discurso da reportagem, com incidência em 32,4% das sequências analisadas. Nelas, os locutores da matéria tratam o assunto como algo delicado, proibido de ser falado e que deve ser silenciado. Outros sentidos que se destacaram na análise foram os de criança como um ser indefeso e da escola como um local abusivo, com

22,6% e 21,1% de ocorrência, respectivamente. Essas construções defendem as ideias inexatas de que a criança não tem maturidade para ser apresentada à diversidade e de que a escola impõe essa temática contra a vontade dos pais. O sentido da perspectiva de gênero como uma teoria anticiência, que desconsidera toda a pesquisa existente para desvalorizar esse tópico aparece em 16,9% das sequências. Por último, em 7% dos discursos foi construído um sentido de oposição entre “nós”, os corretos que acreditam na ideologia de gênero, e “eles”, os errados e descrentes, o que acirra a discussão e induz o público a escolher um lado.

Levando isso em conta, é possível afirmar que todas as formações discursivas apontadas aqui corroboram para a desinformação do público sobre questões de gênero. A partir dos discursos que auxiliam na descontextualização do tema, a reportagem exhibe, na verdade, um editorial opinativo sobre gênero e sexualidade atravessado por valores conservadores, o que ajuda a reforçar preconceitos e estigmas presentes na sociedade.

A reportagem, por meio de uma estrutura midiática consolidada no imaginário social como credível, o jornalismo, aproveita esse espaço nobre para solidificar sentidos de tabu e fomentar uma ideologia contrária à agenda progressista. Isso acontece em um contexto de polarização política e ascensão de grupos de extrema direita, em que as declarações do governo federal incentivam e se mostram coniventes com a proliferação de discursos contrários às questões de gênero (COTRIM; SOARES, 2022; SOARES, 2022) e a existência das liberdades sociais é questionada. O jornalismo, cujo objetivo deve ser representar os anseios de uma sociedade democrática, precisa se pautar na ciência e na pluralidade e garantir que os discursos que reproduz não sirvam de fundamento para a discriminação e o ódio, diferentemente do que faz a reportagem analisada.

Parte da audiência do programa, fidelizada pelos valores da TV Record, pode não perceber as manipulações no discurso apresentado e acreditar nas mentiras propagadas pela matéria: de que a diversidade representada pela perspectiva de gênero deseja destruir a moral e a família tradicional. A reportagem do Domingo Espetacular, ao ressignificar os termos de gênero e sexualidade e conduzir uma narrativa enviesada, que manipula, esconde e falseia o debate sobre o tema, acusa agentes sociais de tentarem desvirtuar a sociedade, ferindo o preceito ético da

verdade jornalística (CORNU, 1999) e desinformando os telespectadores. O menosprezo com as múltiplas possibilidades humanas, e a divulgação de conteúdos que explicitamente se posicionam contrários à diversidade, configuram um mau uso do espaço público da televisão, que deveria ser de aprendizado, informação e conhecimento genuíno (WOLTON, 1997), e do telejornalismo, que deveria servir como um local de referência para o público (VIZEU, 2009).

Apesar do contexto de influência religiosa sobre os discursos políticos, e da profunda intimidação de setores que, mesmo sendo atacados, continuam defendendo pautas relacionadas às liberdades sociais, discussões sobre as questões de gênero continuam a acontecer neste momento, e de forma cada vez mais efetiva. A sociedade brasileira, inclusive, entende como positivo que haja nas escolas o ensino de conteúdos que promovem os direitos das pessoas de viverem livremente sua sexualidade (OLIVEIRA, 2022). É nesse contexto que a reportagem cria uma narrativa controladora: aparentemente parece trazer todos os requisitos necessários para cumprir os preceitos do bom jornalismo, mas ao esconder o contraditório e a outra parte envolvida na narrativa, tenta negar que as pessoas estão cada vez mais abertas e aceitando as diferenças. A construção da mentira permite dizer, na reportagem, que ninguém é a favor da diversidade: ao tirar a verdade jornalística, a ética e o interesse público, elege a desinformação como um importante valor-notícia.

Durante a execução da pesquisa foi possível perceber a importância de entender como a reportagem constrói esse tipo de desinformação sobre gênero: apontar as incongruências e as manipulações discursivas ajuda a despertar um maior senso crítico no consumo de conteúdos construídos de forma enviesada. Como um serviço público, o jornalismo precisa resistir às agendas políticas que distorcem a verdade na construção dos discursos sobre gênero e sexualidade. Defender e esclarecer o cidadão, e apresentar a pluralidade da sociedade, é fundamental na luta pela consolidação de um conhecimento mais humanitário, alinhado com a produção científica e engajado com a realidade da vida social.

REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, B. Do Gênero à Ideologia de Gênero: Pânico Moral e Heteronormatividade nos Discursos da Ministra Damare Alves. **XLII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belém, 2019. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2350-1.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- ARAÚJO, R; ANDRADE, J. O tabu dos povos primitivos e o estigma das sociedades atuais: as duas faces de um mesmo fenômeno psicanalítico e sociológico. **Cógito**, Salvador, v. 13, nov. 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cogito/v13/v13a09.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2022.
- BARBOSA, J. “Kit gay” e “medo do comunismo”: o discurso grotesco na desinformação em período eleitoral. **XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Goiânia, 2019. Disponível em: <<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/2052/1032>>. Acesso em: 13 out. 2021.
- BENETTI, M. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. *In*: MOURA, C; LOPES, M (org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- BENETTI, M. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. *In*: LAGO, C; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENETTI, M; LISBOA, S. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://bjr.sbpjour.org.br/bjr/article/view/664>> Acesso em: 7 ago. 2022.
- BERGER, C. L. Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais. As relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora. **BOCC.com**, 1996. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-1.html>>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- BENEVIDES, B. Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans! **ANTRA BRASIL**. 2018. Disponível em <<https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>>. Acesso em: 7 set. 2022.
- BETIM, F. Campanha “anti-doutrinação” contra professores eleva estresse em sala de aula. **EL PAÍS**. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

BONOTO, C. Entre o Ódio e a Desinformação: O Controle Biopolítico das Sexualidades no Brasil. **XLIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. [S.l.], 2020.

BOTTON, A. et al. Sexo/Sexualidade. *In*: COLLING, A; TODESCHI, L. (org). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

BRANDÃO, H. **Introdução à análise do discurso**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRANDÃO, N. G. A Informação Televisiva. **Jornalismo & Jornalistas**, Lisboa, v. 39, jul./set., 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL, A. C. **Telejornalismo Imaginário** - memórias, estudos e reflexões sobre o papel da imagem nos noticiários de TV. Florianópolis: Insular. 2012.

BRISOLA, A; BEZERRA, A. C.. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. **XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Londrina, 2018.

BODART, C. Você sabe o que é tabú? Conceito, características e objetivos. **Café com Sociologia**, 2015. Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/voce-sabe-o-que-e-tabu/>>. Acesso em: 1 set. 2022.

BUTLER, J. Entrevista concedida a Isabella Marcatti e Kim Doria. **Judith Butler no Brasil | Quem tem medo de falar sobre gênero?**, TV Boitempo, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cozmjJpMakM>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

CABRAL, Á. M. Tal como parece ser: a ideia de verdade no telejornalismo contemporâneo. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 7., 2008, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: UMESP, 2008.

CANELLAS, M. Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia. *In*: CANELA, G. **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008

CETRONE, C. Como são as cirurgias de redesignação sexual realizadas por pessoas transgênero? **QUEER IG**, 2021. Disponível em: <<https://queer.ig.com.br/2021-04-04/como-sao-as-cirurgias-de-redesignacao-sexual-realizadas-por-pessoas-transgenero-.html>>. Acesso em: 7 set. 2022.

CHARAUDEAU, P. A televisão é capaz de informar?. **MATRIZES**, São Paulo, v.10, n. 2, mai./ago., 2016.

BOLSONARO CRITICA OMS e diz que ninguém quer maquiar números da pandemia no país. **CNN**, 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-critica-oms-e-diz-que-ninguem-quer-maquiar-numeros-da-pandemia-no-pais/>>. Acesso em: 7 set. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS. **CFP**, 2019. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>>. Acesso em: 16 set. 2022.

CORNU, D. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

COTRIM, C; SOARES, I. Bolsonaro: o Brasil é um país que é contra a ideologia de gênero. **GAÚCHA ZH**, 2022. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2022/07/bolsonaro-o-brasil-e-um-pais-que-e-contra-a-ideologia-de-genero-cl5e4sj2l002701evhezpne91.html>>. Acesso em: 14 set. 2022.

DARDE, V; LEME, F. Telejornalismo, narrativas e representações: um estudo sobre o aniversário da cidade de São Paulo no SPTV. **RuMoRes**, São Paulo, v. 10, n. 20, jul./dez., 2016.

DERAKHSHAN, H; WARDLE, C. Reflexão sobre a ‘desordem da informação’: formatos da informação incorreta, desinformação e má-informação. *In*: UNESCO. **Jornalismo, “Fake News” & Desinformação**, 2018.

DIA DA VISIBILIDADE Trans: lembre novelas que retrataram histórias de personagens transgêneros. **GSHOW**, 2022. Disponível em: <<https://gshow.globo.com/novelas/mundo-de-novela/noticia/dia-da-visibilidade-trans-lembrar-novelas-que-retrataram-historias-de-personagens-transgeneros.ghtml>>. Acesso em: 17 set. 2022.

EMERIM, C. Telejornal, tecnologia e narrativa no Brasil para os próximos 65 anos. *In*: VIZEU, A. et al (org.). **Telejornal e Praça Pública**: 65 anos de Telejornalismo. Florianópolis: Insular. 2015.

FONTANA, R. Nós e eles. **A TERRA É REDONDA**, 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/nos-e-eles/>>. Acesso em: 10. set. 2022.

FREITAS, C; BENETTI, M. Alteridade, outridade e jornalismo: do fenômeno à narração do modo de existência. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/989>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GADRET, D; REGINATO, G. Procurando a verdade no jornalismo em tempos de mudança: um conceito ambivalente no discurso da Rede Globo. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, [S. l.], v. 12, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/824/857>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

GARCIA, J. Manifestantes protestam contra e a favor de filósofa americana Judith Butler em São Paulo. **UOL**, 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/07/manifestantes-protestam-contrafilosofa-americana-judith-butler-em-sao-paulo.htm>>. Acesso em: 16 set. 2022.

GARRAIO, J. TOLDY, T. “Ideologia de gênero”: origem e disseminação de um discurso antifeminista. **Mandrágora**, v.26, n. 1, 2020.

GOMES, W. Das tretas e da importância de prestar atenção nelas. **Revista Cult**. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/das-tretas-e-da-importancia-de-prestar-atencao>>. Acesso em: 10 set. 2022.

GOMIS, L; Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, 2004.

OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais. **GOV.BR**, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>>. Acesso em: 7 set. 2022.

IJUIM, J. O real e o poético na narrativa jornalística. **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/464/386>>. Acesso em: 4 ago. 2022.

IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE cultural na educação infantil. **Colégio Koelle**, 2021. Disponível em: <<https://www.colegiokoelle.com.br/blog/importancia-da-diversidade-cultural-na-educacao-infantil/>>. Acesso em: 18 set. 2022.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

JESUS, J. G. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas humanística**, Bogotá, v. 78, jul./dez., 2014.

KOVACH, B; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Porto: Porto Editora, 2004.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEITE, V. "Em defesa das crianças e da família": Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro. 2019, n. 32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>>. Acesso em: 11 set. 2022.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56), maio./ago., 2008

MATUOKA, I. Por que o Escola Sem Partido vai contra o papel da escola. **Centro de Referências em Educação Integral**. 2018. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-o-escola-sem-partido-vai-contr-a-o-papel-da-escola/>>. Acesso em: 10 set. 2022.

MIGUEL, J. "Pais devem processar doutrinadores", diz idealizador do Escola sem Partido. Entrevista concedida a Janaina Garcia. **UOL Educação**. 2016. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/21/pais-devem-processar-doutrinadores-diz-idealizador-do-escola-sem-partido.htm>>. Acesso em: 10 set. 2022.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, jan./jun., 2009.

MUANIS, F. de C. A pior televisão é melhor que nenhuma televisão. **MATRIZES**, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./jun., 2015.

NIETZSCHE, F. **Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida: Segunda consideração extemporânea**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

NOMURA, B; MALVEZZI, P. Em 3 anos, deputados apresentaram mais de 120 PLs anti-LGBTI+ nos estados. **Ponte Jornalismo**, 2022. Disponível em: <<https://ponte.org/em-3-anos-deputados-apresentaram-mais-de-120-pls-anti-lgbti-nos-estados/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

OLIVEIRA, A. Ideologia de gênero não é preocupação para maioria, diz Datafolha. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/07/ideologia-de-genero-nao-e-preocupacao-para-maioria-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 14 set. 2022.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, E. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **RUA**, Campinas, 1998.

OROZCO, G.; MILLER, T. A televisão além de si mesma na América Latina. **MATRIZES**, São Paulo, v.12, n. 3, set./dez., 2018.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PROGRAMAÇÃO Record TV. **RECORD TV**, 2022. Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/programacao>>. Acesso em: 25. ago. 2022.

REGINATO, G. D. As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, set/dez., 2018.

RIPPON, G. “Minha motivação é mostrar que não há base biológica em estereótipos”. Entrevista concedida à Larissa Lopes. **Galileu**. 2021. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2021/03/minha-motivacao-e-mostrar-que-nao-ha-base-biologica-em-estereotipos.html>>. Acesso em: 10 set. 2022.

RUBIN, G. Pensando o sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. In: RUBIN, G. **Políticas do sexo**. São Paulo: Editora Ubu, 2012.

RUIVO, M. Repensar a televisão: uma visão positiva sobre o papel da televisão como elo social, veículo de cultura e espaço de lazer. **Agora Net**, Covilhã, [S.d.]. Disponível em: <<http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/04/ruivo-miguel-repensar-a-televisao.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SAIBA MAIS sobre o programa Domingo Espetacular. **R7**, 2022. Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/domingo-espetacular/saiba-mais-sobre-o-programa-domingo-espetacular-06072020>>. Acesso em: 28. ago. 2022.

SCHLEICHER, A. **PISA 2018: Insights and Interpretations**. 2018. Disponível em: <<https://www.oecd.org/pisa/PISA%202018%20Insights%20and%20Interpretations%20FINAL%20PDF.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2022.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SOARES, I. Bolsonaro sobre ideologia de gênero nas escolas: "Não admitimos". **Correio Braziliense**, 2022. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/03/4997042-bolsonaro-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-nao-admitimos.html>>. Acesso em: 14 set. 2022.

SOUSA, A. A retórica da verdade jornalística. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Covilhã, 2002. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-retorica-verdade-jornalistica.html>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SOUZA, R. STF mantém suspensa decisão que autorizava terapia de "cura gay". **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/17/interna-brasil.845827/stf-mantem-suspensa-decisao-que-autorizava-terapia-de-cura-gay.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2022.

SPADARO, A. Fundamentalismo evangélico e integrismo católico, um surpreendente ecumenismo. Artigo. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/04/artigoor-fundamentalismo-evangelico-e-integrismo-catolico-um-surpreendente-ecumenismo>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

STYCER, M. Record e IURD defendem Bolsonaro até em programa de relacionamento amoroso. **UOL**, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/mauricio-stycer/2022/04/05/record-e-iurd-defend-em-bolsonaro-ate-em-programa-de-relacionamento-amoroso.htm>>. Acesso em: 18 set. 2022.

TAMBOSI, O. Jornalismo e teorias da verdade. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação São Paulo**, v.30, n.1, jan./jun. 2007

TAVARES, I. Normalização da ideologia de gênero cresce no mundo pop. **Universal**, 2021. Disponível em: <<https://www.universal.org/noticias/post/normalizacao-da-ideologia-de-genero-cresce-no-mundo-pop/>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

URUPÁ, M. PNAD 2022 mostra que caiu o número de domicílios com TV e parabólicas estão em 16 milhões de lares. **Tela Viva**, 2022. Disponível em: <<https://telaviva.com.br/16/09/2022/pnad-2022-mostra-que-caiu-o-numero-de-domicilios-com-tv-e-parabolicas-estao-em-16-milhoes-de-lares/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

VILAS-BOAS, S. **A reportagem de imersão**. sergiovilasboas.com.br. 2010 (?). Disponível em: <<https://www.sergiovilasboas.com.br/thinking/a-reportagem-de-imersao/>> Acesso em: 29 jul. 2022.

VIZEU, A. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v.40, 2009.

YAMAMOTO, K. No Brasil, apenas 8% têm plenas condições de compreender e se expressar. **UOL**, 2016. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/02/29/no-brasil-apenas-8-escapam-do-analfabetismo-funcional.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

WOLTON, D. Mídias generalistas e grande público. In: WOLTON, D. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1997.

Link para a reportagem analisada:

NA ESCÓCIA, crianças podem escolher com qual gênero se identificam.

Domingo Espetacular, 2021. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/watch/?v=641287030595724>>. Acesso em: 13 out. 2022.

NA ESCÓCIA, crianças podem escolher com qual gênero se identificam.

Domingo Espetacular, 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/4GUtGDLOvWE>>.

Acesso em: 13 out. 2022.